

# **Poder Legislativo**

EIXO - Representação e Controle Social

Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA

## PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALBA EIXO - REPRESENTAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

*N*o sistema constitucional brasileiro, orientado pelo princípio da separação dos Poderes, há uma simbiose entre a ação legislativa e as contas públicas, porquanto compete ao Poder Legislativo, como uma prerrogativa da soberania popular, não só a produção de normas e instrumentos reguladores da gestão pública, como também o controle externo da Administração Pública, instrumento operativo do Governo, objetivada na ação fiscalizatória dos atos pertinentes. No contexto atual, as normas da Constituição articulam as bases para um Poder Legislativo independente, ativo na produção das leis e no controle da Administração e detentor da prevalência no processo decisório governamental, ou seja, com níveis de competência e instrumentos de intervenção assemelhados aos dos mais expressivos Parlamentos do mundo desenvolvido.

O Legislativo possui funções legislativas, administrativas e fiscalizadoras. A ação de fiscalização, cujo fundamento é a submissão da Administração ao primado da Lei, surgiu com o constitucionalismo e o Estado de Direito e sempre constituiu tarefa básica dos Parlamentos.

A relação entre o Estado e a sociedade, destinatária das aplicações de recursos públicos e benefícios sociais, é definida por diretrizes, procedimentos e regras claras. A definição de políticas públicas norteia a ação do Poder Público e do exercício do poder político, sobretudo com as iniciativas que possibilitam a participação dos diversos setores da sociedade. A adoção de experiências como a Escuta Social no processo de elaboração dos instrumentos de planejamento estratégico do Estado da Bahia, significa a possibilidade de intervenção direta dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisão e de controle do exercício do Poder, reforçando e fortalecendo as tradicionais ações institucionais.

À luz do art. 174 da Constituição Federal, o Estado atua como agente normativo e regulador da atividade econômica e na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento,

sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. Combinado com as normas dos arts. 165 e 166, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais deverão ser consonantes com o Plano Plurianual, e os orçamentos terão entre as suas funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais.

O papel do Poder Legislativo no processo orçamentário brasileiro – neste, abrangidas as etapas de elaboração das leis orçamentárias, de acompanhamento da execução e de avaliação dos resultados – é lastrado pelo modelo delineado pela Constituição, definindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos básicos que se integram e expressam as metas que atendam às necessidades da população, cabendo ao Legislativo examinar e equacionar os gastos compatibilizando a receita com a despesa. A otimização dos recursos se impõem em um cenário em que as necessidades e expectativas sociais são cada vez maiores e os recursos públicos exígues. O PPA, como instrumento de planejamento e gestão da ação governamental, apresenta-se como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico.

Em consonância com os compromissos estratégicos que integram o PPA participativo, assegurando suas prerrogativas, o Poder Legislativo da Bahia, representado pela Assembleia e os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, propõe como Eixo Estruturante: Representação e Controle Social, assumindo a parcela de responsabilidade que lhe compete, atuando de forma eficiente e eficaz na obtenção dos resultados a que se propõe o Plano de Governo Participativo e a sua parcela de colaboração esperada com o Plano Plurianual 2016-2019.

O Eixo do Poder Legislativo reflete a dimensão estratégica de sua missão. É na dinâmica operacional do Plano que se evidencia a forte vinculação entre a ação legislativa e o controle das contas públicas. A vinculação ao controle social é evidenciada com o aprimoramento e desenvolvimento dos sistemas de informações com iteratividade e transparência, informando à sociedade baiana as ações do Poder Legislativo através dos diversos meios de comunicação, assim como nas diversas intervenções, tornando mais efetivo o dever de prestação de contas dos governantes à sociedade, referendando a legitimidade ao exercício do poder no Estado democrático.

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Eixo	Representação e Controle Social			
Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa			
Ementa	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros			
Indicador			Unidade de Medida	Referência
- Número de campanhas publicitárias		un	2015	2,00
- Número de eventos realizados		un	2015	50,00
- Número de inserções em blogs de internet		un	2015	150,00
- Número de livros publicados		un	2015	20,00
- Número de propagandas veiculadas em rádio		un	2015	250,00
Recursos do Programa	R\$ 1.154.408.000			
Compromisso	Prover o exercício da ação legislativa, na apreciação de proposições em geral, na fiscalização e no controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público e o desempenho das demais prerrogativas legais e regimentais			
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia			
Meta	Prover o exercício do mandato parlamentar			
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
	Assembleia Legislativa da Bahia	63	un	
Regionalização	Território de Identidade			Quantidade
	Estado			63
Iniciativa				
	Prover o exercício do mandato parlamentar			
Compromisso	Fortalecer parcerias com as entidades sociais devidamente credenciadas e reconhecidas como de utilidade pública			
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia			
Meta	Apoiar entidades sociais através de convênios			
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
	Assembleia Legislativa da Bahia	12	un	
Regionalização	Território de Identidade			Quantidade
	Estado			12
Iniciativa				
	Apoiar entidades sociais através de convênios			
Compromisso	Promover o aprimoramento e desenvolvimento dos sistemas de informações com interatividade e transparência para os agentes públicos lotados no órgão e a sociedade			
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia			
Meta	Desenvolver soluções tecnológicas para aumentar a eficácia na interatividade e transparência do órgão			
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
	Assembleia Legislativa da Bahia	3	un	

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		3		
<b>Iniciativa</b>					
Desenvolver soluções tecnológicas para aumentar a eficácia na interatividade e transparência do órgão					
Compromisso	Informar à sociedade baiana, as ações do poder legislativo através dos diversos meios de comunicação, ampliando a transparência e o aperfeiçoamento de suas atividades				
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia				
Meta	Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação do Poder Legislativo				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Assembleia Legislativa da Bahia	20	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		20		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação do Poder Legislativo					
	Prover sistema de comunicação com tv e radiodifusão				
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Assembleia Legislativa da Bahia	3	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		3		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar o sistema de TV e radiodifusão					
Operacionalizar o sistema de TV e Radiodifusão					
Compromisso	Promover a qualificação e requalificação profissional dos agentes públicos lotados na Assembleia Legislativa				
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia				
Meta	Promover eventos de capacitação para agentes públicos				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Assembleia Legislativa da Bahia	200	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		200		
<b>Iniciativa</b>					
Promover eventos de capacitação para agentes públicos					
Compromisso	Reformar unidades administrativas com infraestrutura necessária para pleno desempenho do órgão				
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa da Bahia				
Meta	Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Assembleia Legislativa da Bahia	3	un		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Fortalecimento da Ação Legislativa	
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade
	Estado	3
Iniciativa	Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa	

# **Poder Legislativo**

EIXO - Controle Externo eficiente  
para o aperfeiçoamento da  
Administração Pública

Tribunal de Contas do Estado  
da Bahia - TCE

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE

## EIXO - CONTROLE EXTERNO EFICIENTE PARA O APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**O**Planejamento Estratégico sempre foi um compromisso do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA). Por isso, no mês em que completa um século de existência, é com grande satisfação que encaminho o Plano Plurianual referente ao período de 2016 a 2019, tendo em vista que essa Casa de Contas e de Controle muito preza a excelência na área de sua competência. E esse preocupar materializa-se, principalmente, no que diz respeito ao controle externo estadual, buscando incessantemente políticas públicas governamentais efetivas, pautadas na transparência e na eficácia para zelar pelo dinheiro que ao povo pertence.

Prova concreta desse compromisso foi a elaboração do Plano Estratégico Desenvolvendo a Organização 2014-2017, aprovado, por meio da Resolução nº 111/2013, pelo Tribunal Pleno dessa Corte. Constam do citado plano, dez objetivos estratégicos, destacando-se entre eles: contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública Estadual e para o combate à corrupção; promover o envolvimento do cidadão com o TCE-BA; implantar Política de Gestão de Pessoas; atuar de forma tempestiva, seletiva e sistêmica em áreas de risco e relevância; desenvolver competências técnicas e gerenciais; e assegurar Modernização Organizacional e de Infraestrutura.

Esse Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 do TCE-BA é composto de dois ciclos: o Estratégico, elaborado com base no mencionado Plano Estratégico 2014-2017 desse Tribunal, e o Operacional.

O Ciclo Estratégico é composto de duas Diretrizes Estratégicas, um eixo estruturante, dois temas estratégicos e dois programas (Programa 1 - Auditoria, decisão e divulgação dos resultados do Controle Externo - código 256 e Programa 2 - Aperfeiçoamento técnico-administrativo e suporte institucional - código 257) com suas respectivas ementas e sete indicadores.

O Ciclo Operacional, por sua vez, é o detalhamento do estratégico e apresenta seis Compromissos, vinte e duas metas e iniciativas e suas respectivas estimativas.

*Cons. Inaldo Araújo*  
PRESIDENTE

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Eixo</b>	<b>Controle Externo Eficiente para o Aperfeiçoamento da Administração Pública</b>					
<b>Programa</b>	<b>Auditória, Decisão e Divulgação dos Resultados do Controle Externo Estadual</b>					
<b>Ementa</b>	O ambiente político e as demandas sociais estão, de forma crescente, por exigir a boa governança, a economicidade e a eficiência no uso dos recursos públicos, a eficácia no alcance dos compromissos definidos e a efetividade nos resultados das políticas públicas. Assim, as auditorias e decisões decorrentes do exercício do Controle Externo devem primar: i) Pela avaliação da gestão pública; ii) Pelo combate à corrupção; iii) Pela atuação tempestiva, seletiva e sistêmica nas áreas de risco e relevância; iv) Pelo padrão de excelência que atenda aos anseios da sociedade baiana; e v) Transparência das informações.					
<b>Indicador</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Data</b>	<b>Referência</b>			
- Número de auditorias de conformidade realizadas	un	2015	40,00			
- Número de auditorias operacionais realizadas	un	2015	15,00			
- Proporção de prestação de contas da administração pública estadual julgadas tempestivas pelo TCE/BA	%	2015	70,00			
<b>Recursos do Programa</b>	<b>R\$ 774.815.536</b>					
<b>Compromisso</b>	Contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública Estadual e para o combate à corrupção					
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado					
<b>Meta</b>	Criar processos de monitoramento do cumprimento das decisões do TCE					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Tribunal de Contas do Estado	2	un			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>			<b>Quantidade</b>		
	Estado			2		
<b>Iniciativa</b>	Criar processos de monitoramento do cumprimento das decisões do TCE					
	Implementar projeto de envolvimento com os gestores públicos estaduais e municipais					
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Tribunal de Contas do Estado	1	un			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>			<b>Quantidade</b>		
	Estado			1		
<b>Iniciativa</b>	Implementar projeto de envolvimento com os gestores públicos estaduais e municipais					
	Implementar o núcleo de informações estratégicas destinadas ao controle externo					
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Tribunal de Contas do Estado	1	un			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>			<b>Quantidade</b>		
	Estado			1		
<b>Iniciativa</b>	Implementar o núcleo de informações estratégicas destinadas ao controle externo					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Auditoria, Decisão e Divulgação dos Resultados do Controle Externo Estadual				
Meta	Realizar auditorias, apreciação, julgamento e divulgação dos resultados do Controle Externo				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar auditorias, apreciação, julgamento e divulgação dos resultados do Controle Externo					
Compromisso	Atuar em parceria com a Assembleia Legislativa e outras entidades				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado				
Meta	Implementar projeto com entidades parceiras				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Contas do Estado	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto com entidades parceiras					
Compromisso	Promover o envolvimento do cidadão com o TCE				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado				
Meta	Implementar novo projeto de envolvimento institucional com o cidadão e a sociedade civil organizada				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Contas do Estado	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar novo projeto de envolvimento institucional com o cidadão e a sociedade civil organizada					
Meta	Implementar projeto sobre acesso à informação e promoção da transparência				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Contas do Estado	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto sobre acesso à informação e promoção da transparência					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo e Suporte Institucional					
Ementa	<p>O processo de planejamento estratégico revelou desafios institucionais que demandam ações efetivas no tocante à: i) Gestão de pessoas; ii) Sistematização e padronização metodológica e normativa para otimização de processos de trabalho nas áreas finalística e administrativa; iii) Estrutura organizacional; iv) Comunicação interna e externa; v) Melhoria da infraestrutura física e de tecnologia da informação.</p>					
Indicador	Unidade de Medida	Data	Referência			
- Percentual de implementação da política de Gestão de Pessoas	%	2015	5,00			
- Percentual de implementação de processos eletrônicos de atos de pessoal, autuados a partir de janeiro de 2016	%	2015	0,00			
- Percentual de implementação de processos eletrônicos de prestação de contas, autuados a partir de janeiro de 2016	%	2015	0,00			
- Proporção de servidores capacitados	%	2014	50,00			
Recursos do Programa	R\$ 22.331.930					
Compromisso	Promover Política de Gestão de Pessoas					
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado					
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Tribunal de Contas do Estado	1	un			
Regionalização	Território de Identidade			Quantidade		
	Estado			1		
Iniciativa						
Implementar Projeto de Desenvolvimento Organizacional						
Meta	Implementar Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Superior					
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Tribunal de Contas do Estado	1	un			
Iniciativa						
Implementar Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Superior						
Meta	Implementar projeto de qualidade de vida do servidor					
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Tribunal de Contas do Estado	1	un			
Iniciativa						
Implementar projeto de qualidade de vida do servidor						

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo e Suporte Institucional</b>					
<b>Programa</b>		<b>Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo e Suporte Institucional</b>			
<b>Meta</b>	Realizar concursos públicos				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Tribunal de Contas do Estado		2	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		2		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar concursos públicos					
<b>Meta</b>	Implementar Plano de Capacitação para servidores				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Tribunal de Contas do Estado		1	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar Plano de Capacitação para servidores					
<b>Meta</b>	Implementar Projeto de Gestão do Conhecimento				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Tribunal de Contas do Estado		1	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar Projeto de Gestão do Conhecimento					
<b>Compromisso</b>	Aprimorar o uso de TI na gestão organizacional e nas ações de controle externo				
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas do Estado				
<b>Meta</b>	Implementar Projeto Processo Eletrônico				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Tribunal de Contas do Estado		1	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar Projeto Processo Eletrônico					
<b>Meta</b>	Implementar demandas evolutivas e corretivas nos Sistemas Corporativos Informatizados em pontos de função				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
Tribunal de Contas do Estado		2.370	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		2.370		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar demandas evolutivas e corretivas nos Sistemas Corporativos Informatizados em pontos de função					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo e Suporte Institucional				
Meta	Implementar novos Sistemas Corporativos Informatizados em pontos de função				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		5.630		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar novos Sistemas Corporativos Informatizados em pontos de função					
Meta	Atualizar os recursos de infraestrutura de tecnologia da informação				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		80		
<b>Iniciativa</b>					
Atualizar os recursos de infraestrutura de tecnologia da informação					
Meta	Renovar o parque computacional				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		80		
<b>Iniciativa</b>					
Renovar o parque computacional					
Compromisso	Modernizar a Gestão Organizacional e de Infraestrutura				
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado				
Meta	Implementar projeto de redesenho dos processos de trabalho administrativos				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto de redesenho dos processos de trabalho administrativos					
Meta	Implementar projeto de reforma de infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto de reforma de infraestrutura do Tribunal de Contas do Estado					

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo e Suporte Institucional		
Meta	Construir instalações físicas complementares do Tribunal de Contas do Estado		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Tribunal de Contas do Estado	1	un
Iniciativa	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
Meta	Implementar projeto para consolidação do planejamento e da gestão estratégica		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Tribunal de Contas do Estado	1	un
Iniciativa	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
Meta	Implementar projeto para consolidação do planejamento e da gestão estratégica		



## Poder Legislativo

EIXO - Controle Externo Municipal

Tribunal de Contas dos Municípios - TCM



## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – TCM

### EIXO – CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL

**O**s Tribunais de Contas no Brasil têm importante papel nas relações entre Estado e sociedade e na consolidação do regime democrático, como uma das instituições de controle público.

No modelo constitucional brasileiro, aos Tribunais de Contas cabe exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, em auxílio ao controle externo de competência dos poderes legislativos no âmbito dos respectivos entes federativos, tornando efetiva a responsabilização – ou o dever de prestar contas por todo aquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens, valores públicos ou por obrigações de natureza pecuniária, assumidas em nome do poder público. Assim, as Cortes de Contas, para cumprimento da sua missão, desenvolvem atividades de natureza fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, normativa, além da pedagógica assumida em algumas atuações.

Nos tempos recentes, registra-se uma maior atuação dos Tribunais de Contas, tanto em decorrência do novo paradigma de controle estabelecido pela Constituição de 1988, ampliado pela EC nº 19/98, com a inserção do princípio da eficiência entre as balizas de controle de legitimidade da administração pública, e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, indicando o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como ações necessárias à prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Essas questões demandaram um realinhamento dos órgãos de controle em busca de maior eficiência, eficácia e efetividade em suas ações práticas e procedimentais, inclusive com a adoção de tecno-

logia de informação, para atender às novas demandas dos próprios jurisdicionados e da sociedade. Em 2006, o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, implantou o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – Promoex, que teve como objetivo “o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo como instrumento da cidadania, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas ao incremento da eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle e dos mecanismos de articulação social”. Esse programa, encerrado no ano de 2012, deixou como principal legado o fortalecimento dos mecanismos de interlocução entre os Tribunais, compartilhando boas práticas e procedimentos inovadores de controle externo.

É nesse cenário que, em 2013, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon dá mais um passo no processo de modernização das Cortes de Contas do Brasil ao lançar o Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC, que tem como objetivo mais amplo aprimorar a qualidade e agilidade da atuação dos TCs, valorizando o controle social e oferecendo serviços de excelência às principais demandas da sociedade, especialmente no que se refere à celeridade e qualidade dos seus procedimentos de fiscalização e julgamento.

Esse projeto contou, em todas as suas fases, com a participação de servidores e membros dos Tribunais, culminando com a aprovação do Regulamento Atricon nº 01/2013, que estabeleceu os itens e critérios a serem avaliados pelas Cortes de Contas. Na primeira etapa, contou com adesão de 28 (vinte e oito) Tribunais que formalizaram consentimento para serem submetidos à verificação *in loco* (revisão por pares), o que correspondeu ao expressivo percentual de 84,84%, demonstrando, desse modo, o valor da iniciativa na busca do aperfeiçoamento dos órgãos de fiscalização.

Como resultado da primeira fase do projeto, foi elaborado o relatório denominado “Diagnóstico dos Tribunais de Contas do Brasil (Avaliação da Qualidade e Agilidade do Controle Externo)”, com a consolidação dos resultados das visitas técnicas realizadas na sede de cada um dos Tribunais participantes, visitas estas que foram realizadas por conselheiros, conselheiros substitutos e técnicos (revisão por pares). A avaliação abrangeu os itens e critérios definidos no Regulamento Atricon nº 01/2013, organizados segundo as dimensões do Marco Legal, do Desempenho, da Estratégia e do Desenvolvimento Organizacional, das Normas e Metodologia de Auditoria, da Administração e Estrutura de Apoio, dos Recursos Humanos e Liderança e da Comunicação e Transparência. Os aspectos avaliados foram inspirados no Marco de Medição de Desempenho das Entidades de Fiscalização Superiores da Intosai (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), então em fase piloto.

Assim, durante o IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado na cidade de Fortaleza, em agosto de 2014, foram aprovadas onze Resoluções Orientativas, veiculando inúmeras diretrizes a serem adotadas pelos Tribunais, abordando os seguintes temas: Composição, organização e funcionamento dos TCs; Controle Externo Concomitante; Agilidade nos julgamentos dos processos; Controle Interno dos TCs e dos Jurisdicionados; Divulgação das Decisões; Gestão de Informações Estratégicas; Cumprimento do Art. 5º da Lei nº 8.666/93; Cumprimento da Lei Complementar nº 123/06; e Corregedoria e Ouvidoria.

Dessa forma, o MMDTC – Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas constitui-se no principal instrumento de avaliação da segunda fase do Projeto Qualidade e Agilidade, tendo incorporado as diretrizes da Atricon, aprofundando os temas abordados na primeira versão e alinhado à metodologia disseminada pela Intosai por meio do SAI-PMF (Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework) e da revisão por pares.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA aderiu ao Projeto Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas – QATC, objetivando alinhar o seu desempenho às boas práticas e diretrizes estabelecidas pela Atricon, identificando seus pontos fortes e fracos, bem como as áreas e atividades que devem ser otimizadas para reforçar as suas capacidades para que os Tribunais de Contas atuem de maneira harmônica e uniforme, oferecendo serviços de excelência, a partir de um padrão de fácil verificação e confirmação.

A partir desse diagnóstico, o TCM realizará, em 2015, a revisão do seu Planejamento Estratégico, tendo como diretriz estratégica o fortalecimento dos controles externo, interno e social da administração pública municipal, contribuindo para a melhoria da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, e a efetividade das políticas públicas dos municípios.

No conjunto dos projetos a serem executados, ressaltamos, pelo seu potencial de transformações, o Processo Eletrônico, que a partir da sua implantação trará como benefício maior celeridade processual, maior publicidade das informações, redução do impacto ambiental (papel, toner, equipamentos), melhoria na segurança das informações, e o acesso de informações compartilhado.

Assim, entre outros aspectos considerados balizas nas decisões e estruturação do Programa de Trabalho para o período 2016/2019, merece destaque especial o alcance das atividades exercidas pelo Tribunal, em número superior a mil clientes diretos, dos quais 959 jurisdicionados (417 prefeituras, 417 câmaras de vereadores e 125 entidades da administração indireta), que se somam as entidades civis contempladas com repasses de subvenções, auxílios ou contribuições destes órgãos e entidades.

Nesse cenário de atuação, uma das questões que lidera a pauta das preocupações do Tribunal tem sido o resultado obtido no exame das contas anuais dos seus jurisdicionados, que revela uma concentração expressiva nas categorias de contas aprovadas com ressalva ou rejeitada, em razão, principalmente, de: ausência de processo licitatório; abertura de créditos adicionais sem suporte legal; ausência de documentos exigidos e considerados essenciais pelas normas e resoluções do TCM, e balanço e demonstrativos contábeis contendo irregularidades ou fechamento inconsistentes; as multas não recolhidas; inadequação de gastos no Poder Legislativo e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos Profissionais em Educação – Fundeb; e descumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde e educação.

Com o propósito de reverter esse quadro, assim como buscar melhor atender às demandas dos seus jurisdicionados e às aspirações da sociedade e dos cidadãos quanto à transparência, ao controle e à qualidade dos gastos e ao combate à corrupção no serviço público mu-

nicipal, o Tribunal de Contas dos Municípios está empenhado em desenvolver e dar continuidade às ações que agreguem esforços ao pleno exercício das suas funções constitucionais e legais, tais como:

- ▶ mobilização da sociedade e dos cidadãos para o controle social, promovendo campanhas educativas e eventos;
- ▶ capacitação e cooperação técnica dos conselhos municipais e entidades civis representativas;
- ▶ aperfeiçoamento da gestão municipal, mediante o fortalecimento do controle interno e capacitação dos servidores municipais;
- ▶ capacitação e orientação técnica em controle externo das câmaras municipais;
- ▶ redesenho dos processos e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados relativos às atividades de controle externo;
- ▶ fortalecimento da imagem do TCM, mediante a publicidade de suas ações e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade e conselhos municipais;
- ▶ capacitação e valorização em competências técnicas e administrativas dos servidores do TCM;
- ▶ gestão da informação e conhecimento, inclusive com a implantação do gerenciamento eletrônico de processos;
- ▶ ampliação e otimização dos recursos de tecnologia da informação.

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Eixo	Controle Externo Municipal		
Programa	Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios		
Ementa	Aperfeiçoar o controle externo da administração pública municipal como instrumento de articulação social e de cidadania, assegurando a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas municipais, bem como da gestão orçamentária e financeira em conformidade com as normas legais e em benefício do interesse comum, com a priorização, no âmbito interno, da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, da modernização dos procedimentos e instrumentos de controle, da valorização e capacitação de pessoas e da requalificação da informação e conhecimentos.		
Indicador	Unidade de Medida	Referência	
- Proporção de contas públicas municipais aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios	%	2014	83,63
Recursos do Programa	R\$ 19.559.451		
Compromisso	Contribuir para a efetividade das políticas públicas municipais com o controle social e a união de esforços no combate à improbidade administrativa e na defesa do patrimônio público		
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios		
Meta	Realizar campanhas e eventos educativos para cidadãos, conselhos e entidades civis representativas dos municípios		
Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
Tribunal de Contas dos Municípios	4	un	
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			4
Iniciativa			
Promover comunicação com a sociedade e jurisdicionados			
Capacitar participantes de conselhos municipais e entidades civis representativas			
Meta	Reestruturar processo de comunicação e relacionamento com a sociedade e os jurisdicionados		
Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
Tribunal de Contas dos Municípios	3	un	
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			3
Iniciativa			
Implementar instrumentos de ouvidoria			
Elaborar boletim de informações municipais			
Implantar plano estratégico de comunicação e marketing institucional			
Compromisso	Fomentar o fortalecimento do controle interno na Administração e Câmaras municipais mediante a melhoria das orientações técnicas e jurídicas e das comunicações com jurisdicionados		
Órgão Responsável	Tribunal de Contas dos Municípios		
Meta	Realizar eventos de capacitação técnica para servidores municipais		
Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
Tribunal de Contas dos Municípios	4	un	

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

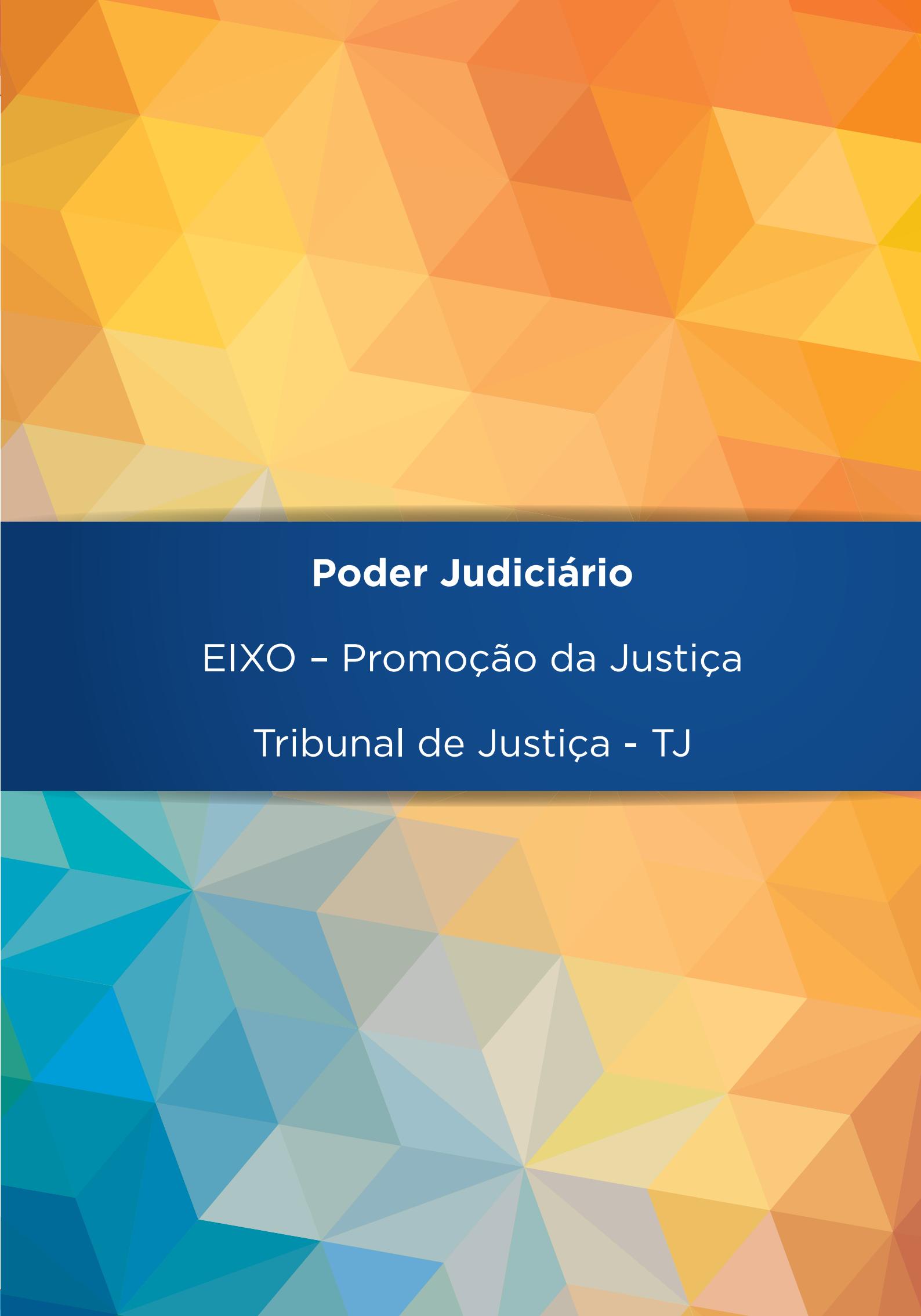
Programa	Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		4		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar eventos de capacitação técnica para servidores municipais					
<b>Meta</b>	Reformular orientações jurídicas e técnicas e meios de comunicação com os jurisdicionados				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Reformular orientações jurídicas e técnicas e meios de comunicação com os jurisdicionados					
<b>Compromisso</b>	Aperfeiçoar o processo de controle externo municipal, mediante a modernização de processo e sistema de fiscalização e auditoria das contas, a ampliação da transparência de ações e a melhoria de atendimento às demandas dos jurisdicionados e da sociedade				
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas dos Municípios				
<b>Meta</b>	Reestruturar processo de controle externo				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Reestruturar a metodologia de fiscalização e a análise de processos de controle externo					
Implantar planejamento de auditoria e fiscalização					
Melhorar a qualidade da instrução processual					
Implantar auditoria operacional					
Ampliar auditoria de conformidade com inspeção em loco					
Atualizar legislação, normas, pareceres e orientações sobre controle da administração municipal					
Disponibilizar aos jurisdicionados, por meio eletrônico, legislação, normas, decisões e orientações jurídicas e técnicas					
<b>Meta</b>	Implementar melhorias e novas soluções de Tecnologia da Informação - TI				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Tribunal de Contas dos Municípios	3	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		3		
<b>Iniciativa</b>					
Reestruturar o Sistema Integrado de Gestão de Auditoria - SIGA					
Implantar sistema de jurisprudência					
Implantar banco de dados de legislação, normas, pareceres e orientações jurídicas e técnicas					
<b>Compromisso</b>	Aprimorar modelo de governança institucional mediante a melhoria da gestão de pessoas, processos, informação, conhecimento e tecnologia, bem como da requalificação das instalações e ambientes de trabalho				

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios</b>					
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas dos Municípios				
<b>Meta</b>	Desenvolver Programa de Capacitação Continuada				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
<b>Regionalização</b>	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Desenvolver Programa de Capacitação Continuada					
<b>Meta</b>	Criar política e modelo de gestão de pessoas				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
<b>Regionalização</b>	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Criar política e modelo de gestão de pessoas					
<b>Meta</b>	Implementar Escola de Contas				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
<b>Regionalização</b>	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Metropolitano de Salvador	1			
<b>Iniciativa</b>					
Implementar Escola de Contas					
<b>Meta</b>	Reestruturar processo administrativo				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
<b>Regionalização</b>	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Implantar planejamento estratégico, monitoração e avaliação de ações					
Definir política e instrumentos de comunicação interna					
Implementar Sistema de Business Intelligence - BI					
Implementar redesenho de processos administrativos					
Implementar sistema de gerenciamento eletrônico de documentos e processo administrativo					
<b>Meta</b>	Reformar unidades administrativas				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
<b>Regionalização</b>	Tribunal de Contas dos Municípios	4	un		
	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado	4			

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Programa</b>	<b>Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios</b>		
<b>Iniciativa</b>			
Reformar unidades administrativas			
<b>Meta</b>	Construir instalações físicas complementares do Tribunal de Contas dos Municípios	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Tribunal de Contas dos Municípios	1	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Metropolitano de Salvador		1
<b>Iniciativa</b>			
Construir instalações físicas complementares do Tribunal de Contas dos Municípios			
<b>Compromisso</b>	Promover o exercício das atividades de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais		
<b>Órgão Responsável</b>	Tribunal de Contas dos Municípios		
<b>Meta</b>	Realizar serviços de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Tribunal de Contas dos Municípios	100	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Assegurar os serviços de auditoria, fiscalização, apreciação e julgamento das contas públicas municipais			



**Poder Judiciário**

EIXO - Promoção da Justiça

Tribunal de Justiça - TJ

## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ EIXO - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA

O Poder Judiciário autônomo e independente tem como missão assegurar o acesso à justiça visando a paz social, através da aplicação de leis que garantam a inviolabilidade dos direitos individuais e a ordem na esfera governamental, conforme preceitua a Constituição Brasileira.

Na busca dessa garantia, o Judiciário empreende esforços na construção de um sistema por meio do qual os cidadãos possam reivindicar e resolver os seus questionamentos sob os auspícios do Estado. Nesse diapasão, esse sistema deve ser acessível a todos e produzir resultados que sejam igualmente justos e satisfatórios à sociedade. Para tanto, é necessária a presença efetiva dos serviços jurisdicionais em todas as regiões do Estado e em tempo razoável.

Com base nesses pilares, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário 2015/2020, que reflete as políticas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, direciona a construção do seu plano de trabalho tendo como cenário desejado as seguintes premissas: justiça mais acessível; desjudicialização; descongestionamento do Poder Judiciário; probidade pública; justiça tempestiva; maior racionalização do sistema judicial; melhoria no sistema de segurança pública; valorização profissional; melhoria da qualidade dos gastos públicos; equalização dos recursos de 1º e 2º graus de jurisdição e disseminação da justiça eletrônica.

A Diretriz Estratégica traçada para o PPA 2016/2019 envolve compromissos, metas, iniciativas e indicadores no âmbito do 1º Grau e do 2º Grau de jurisdição e das Áreas Administrativas, em observância à Resolução nº 195/2014, do CNJ que determina a priorização da primeira instância buscando equalizar o orçamento entre os graus de jurisdição.

Por meio de programas, projetos e ações dos planos estratégicos, o Judiciário garante a utilização dos seus recursos financeiros de forma equitativa em todos os segmentos da instituição, como pressuposto do princípio constitucional da eficiência da administração.

Nesse contexto, busca-se através do Programa Temático – Justiça Presente – composto pelo Eixo Estratégico – Promoção da Justiça e Tema Estratégico-Justiça Cidadã – unir esforços de magistrados e servidores na construção de iniciativas que favoreçam a celeridade e o aprimoramento dos índices de eficiência, eficácia e efetividade da atividade jurisdicional, tendo como finalidade a paz social.

Os compromissos, a partir do Tema Estratégico, identificam as questões a serem resolvidas na instâncias de 1º e 2º graus. As iniciativas espelham as ações a serem executadas ao longo dos quatro anos de vigência do PPA, através dos seus Orçamentos Anuais. A programação para cada ano exige a definição clara do produto a ser ofertado pelas Ações Orçamentárias, com indicação dos recursos financeiros necessários para sua execução e meta física prevista.

Dessa forma, o Poder Judiciário enfrenta o desafio de ampliar o acesso à prestação de serviços jurisdicionais com crescente qualidade, atento ao chamamento e anseios de uma sociedade que, a cada dia, exerce a sua cidadania com níveis cada vez mais elevados de consciência e participação.

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Eixo	Promoção da Justiça					
Programa	Justiça Presente					
Ementa	O Judiciário Baiano, através da união de esforços de magistrados e servidores e da racionalização dos recursos, continuará buscando o aprimoramento da atividade jurisdicional , tendo como finalidade a paz social.					
Indicador						
	Unidade de Medida	Data	Referência			
- Índice do número de magistrados e servidores do TJ em ações de capacitação direcionadas a execução de estratégia	%	2015	100,00			
- Proporção de efetividade das audiências de conciliação realizadas no 1º grau	%	2015	0,00			
- Proporção de efetividade nas audiências de conciliação realizadas nos Juizados	%	2015	0,00			
- Proporção de municípios com acesso à justiça	%	2015	57,00			
- Proporção de Orçamento Estratégico do Poder Judiciário	%	2015	0,00			
- Proporção de processos de trabalho mapeados e otimizados	%	2015	0,00			
Recursos do Programa	R\$ 6.752.021.000					
Compromisso	Facilitar o acesso à Justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços jurisdicionais no âmbito do 1º Grau					
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça					
Meta	Padronizar os procedimentos cartorários					
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Tribunal de Justiça	100	%			
Regionalização	Território de Identidade			Quantidade		
	Estado			1		
Iniciativa						
Padronizar os procedimentos cartorários do 1º Grau						
Meta	Implantar projeto de ampliação dos serviços judiciários do 1º Grau					
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Tribunal de Justiça	1	un			
Regionalização	Território de Identidade			Quantidade		
	Estado			1		
Iniciativa						
Realizar eventos de capacitação de Magistrados e Servidores do 1º Grau						
Ampliar serviços de apoio à justiça do 1º Grau						
Realizar ações de melhoria de infraestrutura e equipamentos nas unidades judiciárias do 1º Grau						
Ampliar o parque computacional do 1º Grau						

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Justiça Presente		
Meta	Apoiar ação de inclusão social do 1º Grau		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Tribunal de Justiça	1	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Apoiar ação de inclusão social do 1º Grau			
Meta	Apoiar entidade social do 1º Grau		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Tribunal de Justiça	2	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Metropolitano de Salvador		1
<b>Iniciativa</b>			
Apoiar Entidade Social do 1º Grau			
Meta	Assegurar o cumprimento dos serviços de Justiça prestados pelos Magistrados e Servidores do 1º Grau		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Tribunal de Justiça	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		100
<b>Iniciativa</b>			
Assegurar o cumprimento dos serviços de Justiça prestados pelos Magistrados e Servidores do 1º Grau			
Compromisso	Incentivar a conciliação e outras formas alternativas para resolução de conflitos		
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça		
Meta	Implantar projeto voltado para as ações de conciliação		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Tribunal de Justiça	1	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Ampliar núcleos de conciliação			
Implantar núcleos de justiça restaurativa			
Realizar mutirões de conciliação			
Compromisso	Propiciar a transparência das ações do Poder Judiciário, favorecendo a credibilidade da instituição perante a sociedade		
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça		

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Justiça Presente				
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
<b>Iniciativa</b>					
Implantar ações de fortalecimento da Ouvidoria					
Aperfeiçoar a TV Justiça					
Implantar ações de fortalecimento do orçamento participativo					
Realizar campanhas de publicidade institucional					
Compromisso	Buscar excelência na gestão administrativa e melhores condições de trabalho para garantir o bom desempenho das atividades judiciárias				
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça				
Meta	Implementar projeto de desenvolvimento de ações que propiciem a melhoria da gestão				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
Tribunal de Justiça					
<b>Regionalização</b>					
Território de Identidade		Quantidade			
Estado		1			
<b>Iniciativa</b>					
Implantar ações de fortalecimento do Escritório de Projetos					
Desenvolver ações de avaliação de desempenho e produtividade dos servidores					
Aperfeiçoar o controle do recolhimento de custas					
Padronizar os procedimentos administrativos					
Implantar sistema integrado de custos					
Realizar eventos de capacitação de servidores					
Reestruturar o Plano de Carreiras					
Realizar Concurso Público					
Ampliar o Parque Computacional					
Realizar ações de melhoria de infraestrutura e equipamentos nas unidades judiciárias					
Meta	Apoiar ações de inclusão social				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
Tribunal de Justiça					
<b>Regionalização</b>					
Território de Identidade		Quantidade			
Estado		2			
<b>Iniciativa</b>					
Apoiar ações de inclusão social					
Compromisso	Desenvolver ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços jurisdicionais no âmbito do 2º Grau				
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça				

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Justiça Presente				
Meta	Realizar ação de melhoria dos fluxos de trabalho do 2º Grau				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Justiça	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Padronizar os fluxos de processos					
Meta	Implantar projeto de ampliação dos serviços judiciais do 2º Grau				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Justiça	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Aperfeiçoar o processo judicial eletrônico do 2º Grau					
Realizar ações de melhoria de infraestrutura e equipamentos nas unidades judiciais do 2º Grau					
Realizar eventos de capacitação de Magistrados e Servidores do 2º Grau					
Ampliar o parque computacional do 2º Grau					
Meta	Realizar correição e fiscalização em unidades judiciais				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Justiça	200	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		200		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar correição e fiscalização em unidades judiciais					
Meta	Apoiar ações de inclusão social do 2º grau				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Justiça	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Metropolitano de Salvador		1		
<b>Iniciativa</b>					
Apoiar ações de inclusão social do 2º grau					
Meta	Assegurar o cumprimento dos serviços de Justiça prestados pelos Magistrados e Servidores do 2º Grau				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Tribunal de Justiça	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		100		
<b>Iniciativa</b>					
Assegurar o cumprimento dos serviços de Justiça prestados pelos Magistrados e Servidores do 2º Grau					



**Ministério Público**

EIXO - Proteção da Sociedade e  
Fomento à Cidadania



## MINISTÉRIO PÚBLICO - MP

### EIXO - PROTEÇÃO DA SOCIEDADE E FOMENTO À CIDADANIA

**O**Ministério Público é a instituição definida pela Constituição Federal de 1988 para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispô-níveis, ou seja, aqueles aos quais não se pode renunciar, tais como a vida, a liberdade, a educação e a saúde, assim como fiscalizar o cumprimento das leis e, caso necessário, acionar o Poder Judiciário.

A busca da melhor estruturação para o cumprimento de suas funções constitucionais levou o MPBA, em 2010, a implementar um modelo de gestão que promovesse o fortalecimento institucional para a ampliação dos seus serviços. Deu-se início, então, a um processo participativo para construção do Plano Estratégico 2011-2023, cujo resultado foi o estabelecimento de estratégias destinadas a viabilizar o alcance de objetivos nas diversas áreas de atuação.

Em 2012, buscou-se alinhar o Plano Estratégico ao Plano Plurianual - PPA. Para o período 2016-2019, o Ministério Público decidiu aprimorar ainda mais o seu modelo de planejamento plurianual. A partir da metodologia proposta pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, buscou alinhar os diversos planos existentes (Plano Estratégico 2011-2013, PPA, orçamento anual, Plano Geral de Atuação - PGA) na construção de seus Programas Temáticos para o PPA 2016-2019.

As inovações apresentadas pelo MPBA potencializam o planejamento e a gestão estratégica na instituição para prestação de serviços, por meio do diálogo participativo, territorializado e estruturado a partir dos temas de atuação ministerial. Os principais desafios do modelo adotado são a (I) aproximação dos 18 (dezoito) objetivos do Plano Estratégico com o planejamento plurianual e a gestão orçamentária anual; e (II) o acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas para a tomada de decisão e aprimoramento da gestão institucional.

Os Programas propostos pelo Ministério Público do Estado da Bahia para o PPA 2016 -2019 buscam ampliar a atuação ministerial na fiscalização do acesso aos direitos e também às ações de

articulação e fomento para o aprimoramento das políticas públicas, tendo como foco a defesa da sociedade no Estado.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO DEFESA SOCIAL E CIDADANIA PLENA

Para as áreas de atuação de Defesa Social e Cidadania Plena, o MPBA construiu o Programa “Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania”, definindo compromissos e articulando as áreas de ação finalística da instituição. O objetivo foi ampliar as ações desenvolvidas e dar visibilidade aos temas e projetos estratégicos institucionais para promover a qualificação dos serviços ofertados pelo MPBA à sociedade baiana.

No Programa “Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania” do MPBA, a área de atuação Defesa Social congrega os compromissos relacionados ao enfrentamento da criminalidade e corrupção, bem como a promoção da moralidade administrativa nos sistemas de segurança pública. No âmbito da área de atuação Cidadania Plena, estão as ações que visam ampliar e assegurar o acesso às políticas públicas e ao exercício dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

O compromisso para a área de educação visa contribuir para desenvolver as potencialidades do ser humano e melhor habilitá-lo na vida em sociedade, consciente de seus direitos e de suas obrigações. Baseado no arcabouço legal e relacionando-o com a realidade educacional do nosso Estado, foram definidas iniciativas pautadas no apoio ao controle social – por meio dos Conselhos Municipais de Educação e de fiscalização do FUNDEB – e o fomento ao acesso à educação na rede regular de ensino. Outra importante iniciativa é a articulação entre as áreas de saúde e educação para fiscalização da qualidade dos serviços públicos, por meio do Programa “Saúde + Educação: transformando o novo milênio”.

O fomento à efetivação dos direitos humanos também institui-se como compromisso do MPBA no PPA 2016-2019, com ênfase nas questões de igualdade de gênero e raça, tolerância religiosa, proteção aos direitos das pessoas LGBT, saúde mental, populações em situação de rua, direitos de personalidade, pessoas idosas, pessoas com deficiência física e intelectual, enfrentamento ao racismo e ao tráfico de pessoas, e na fiscalização do terceiro setor. Ganham destaque ações de combate ao racismo e intolerância religiosa, promoção dos direitos das mulheres, promoção da paternidade responsável, direito ao registro civil com articulação de diversas áreas. Assim, diversos projetos serão desenvolvidos para a promoção do respeito à diversidade humana e alcance das metas estabelecidas nesse instrumento de planejamento.

No âmbito da saúde, o ano de 2015 marca o final da vigência do Plano Estadual de Saúde (PES 2011-2015) e o início do processo de elaboração do PES 2016-2019. Assim sendo, o Ministério Público do Estado da Bahia propõe uma série de iniciativas no PPA 2016-2019 para o cumprimento de algumas metas próprias da instituição. Entre elas, destacam-se o fomento à adequação da rede de atendimento materno-infantil (Rede Cegonha) e a aplicação de recursos destinados à saúde, bem como a fiscalização da qualidade dos serviços das Unidades de Atenção Básica. A atuação em prol da Defesa Social no MPBA assume o compromisso de fomento ao aprimora-

mento e humanização do sistema de defesa social e segurança pública, através da articulação interinstitucional e do incentivo à participação popular, com fins ao fortalecimento do controle social, tanto na sua atuação preventiva quanto repressiva à criminalidade, sem descuidar do aprimoramento dos serviços de inteligência e dos fluxos de informação e de articulação em rede.

Na Constituição Federal de 1988, a defesa do consumidor foi introduzida como um direito e uma garantia fundamental (art. 5º, XXXII) e, dentro da perspectiva da sociedade de consumo em que vivemos, é preciso levar em conta os direitos e garantias inerentes às relações de consumo. Nesse sentido, o MPBA, ciente do seu papel constitucional de zelar e resguardar os direitos dos consumidores, elencou para o próximo quadriênio metas e iniciativas que visam: (I) combater a produção ilegal de subprodutos de origem animal; (II) fiscalizar a qualidade e segurança de combustíveis; (III) articular melhorias nos serviços prestados por operadoras de saúde complementar; e (IV) garantir fornecimento de água, luz e serviços de internet e telefonia em quantidade e qualidade adequadas.

Considerando que os impactos causados ao meio ambiente natural e urbano repercutem na qualidade de vida das pessoas e de todos os seres vivos, a área ambiental possui uma abrangência relevante. Assim sendo, a atuação do MPBA tem organizado ações para a promoção da educação ambiental, a defesa de biomas e das bacias hidrográficas. Também constituem-se como importantes iniciativas a fiscalização e a articulação institucional para o fomento à estruturação de sistemas municipais de defesa da sustentabilidade ambiental, entre outras.

A defesa das crianças e adolescentes, considerada como de absoluta prioridade pela Constituição Federal, também se consolidou como um compromisso do MPBA. Sendo assim, para zelar pela efetivação de seus direitos fundamentais, priorizou-se uma série de iniciativas para o período de 2016-2019, destacando-se a estruturação de conselhos tutelares e o fomento ao funcionamento dos órgãos integrantes dos sistemas de garantia de direitos das crianças e adolescentes, bem como a elaboração de planos municipais de atendimento socioeducativo, entre outras.

As ações de enfrentamento à corrupção também foram consideradas como prioritárias pelo MPBA, uma vez que os efeitos ocasionados pela prática impactam no planejamento e execução das diversas políticas públicas a serem implementadas, além de projetar malefícios nas áreas social, econômica e política do país. Assim, no intuito de promover a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa por meio do aprimoramento dos mecanismos de prevenção e combate à corrupção, elencaram-se uma série de iniciativas para o próximo quadriênio, podendo-se registrar, dentre outras, a fiscalização dos portais de transparência e o acesso à informação dos Poderes Executivo e Legislativo no Estado da Bahia, bem como o aprimoramento de parcerias interinstitucionais com órgãos de controle e enfrentamento à improbidade administrativa.

## ÁREA DE ATUAÇÃO GESTÃO PÚBLICA

A área temática Gestão Pública abriga o Programa “Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia” e expressa o desejo pactuado coletivamente de fortalecer a instituição por

meio do aprimoramento dos serviços. Com isso, ampliam-se os investimentos na interiorização das ações, aperfeiçoamento da gestão em seus diversos aspectos, desenvolvimento de integrantes (membros e servidores) e na articulação intra e interinstitucional. Com tais ações, espera-se maior transparência, atuação em rede, articulação interna e externa e fortalecimento do quadro de integrantes para ampliação da atividade ministerial e aproximação com o cidadão.

O Programa “Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia” visa promover o fortalecimento institucional e apoiar a execução das atividades finalísticas. É prevista a implementação de novos projetos nas áreas de humanização e acolhimento ao público, de articulação institucional e aprimoramento dos procedimentos em todas as áreas nas 29 Promotorias de Justiça Regionais. Com isso, pretende alcançar o aperfeiçoamento do diálogo interno para a ação transversal, descentralizada e articulada entre os vários temas e para o tratamento adequado das necessidades do público interno e externo.

Para apoiar o desenvolvimento do MPBA, busca-se também um novo olhar para a gestão de pessoas. Deseja-se inaugurar um período de ampliação do apoio ao aperfeiçoamento contínuo dos integrantes e melhoria das condições de trabalho. Dessa forma, busca-se investir em qualificação e valorização das carreiras, e na gestão de pessoas, com articulação de todas as áreas e integração e sistematização dos processos e procedimentos, para ampliar a retenção de talentos e promover a adequação do quadro às necessidades institucionais. Também investe-se no acompanhamento dos membros e suas atribuições por meio das atividades correicionais e do estímulo ao bom desempenho.

Há a busca pelo aperfeiçoamento das práticas de gestão, com dois movimentos complementares. Por um lado, reforçando o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica – SIPLAGE. Ao integrar as atividades de planejamento, orçamento e gestão, o SIPLAGE visa ao fortalecimento da gestão e dos projetos estratégicos institucionais. Com efeito, procura-se alcançar maior aderência ao Plano Estratégico 2011-2023 e integração entre subsistemas de planejamento, orçamento e monitoramento e avaliação para atuação articulada em rede e implementação de projetos em todas as Regionais.

Em outro sentido, a gestão no MPBA amplia o investimento no fortalecimento das Promotorias de Justiça Regionais e a ampliação da gestão administrativa descentralizada em todas elas. Com isso, serão reforçados os investimentos no aprimoramento dos procedimentos, na estruturação das sedes regionais e nas redes de gestão. Em sentido último, serão ampliados os investimentos para qualificação dos serviços prestados à população das localidades mais distantes, no interior da Bahia, e para a defesa da cidadania em nosso Estado.

A ampliação dos investimentos para expandir a rede de unidades e qualificar o acolhimento e o tratamento do público interno e externo do MPBA ganha destaque entre as ações planejadas para os próximos anos. Busca-se a excelência por meio do aprimoramento e humanização das práticas, mas também através do investimento para modernizar a infraestrutura, visando criar, assim, espaços adequados às necessidades institucionais e ao acolhimento do público que procura amparo nos serviços institucionais.

Na área de Engenharia, busca-se a ampliação da rede de unidades do Ministério Público do Estado da Bahia, com investimento significativo em sedes próprias e qualificação e humanização dos espaços, de modo a garantir a segurança e o conforto dos usuários dos serviços. Ainda no âmbito dos investimentos em modernização da estrutura institucional, a articulação entre as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Inteligência e Segurança Institucional é essencial. Articuladas para o suporte adequado às necessidades informacionais e para a segurança dos integrantes do MPBA, busca-se a ação integrada para promover melhores condições de trabalho e de prestação dos serviços ao público.

A aproximação e o diálogo com o público ganham papel estratégico também por meio do fortalecimento dos canais de comunicação para qualificação da presença do MPBA tanto no ciberespaço quanto nas sedes das Regionais. A articulação para a escuta humanizada, por meio da Ouvidoria, busca ampliar o diálogo direto com a população, através das ouvidorias próprias ou do fomento às demais instituições para que se estruturem para esse diálogo em suas áreas de atuação.

A Comunicação institucional também visa fortalecer o diálogo direto com o público do MPBA em todas as Regionais e nos meios virtuais. Para atingir tal objetivo, serão adotadas estratégias de aprimoramento dos produtos e da gestão de comunicação institucional, com articulação entre as áreas de atuação finalística. Desse modo, busca-se a criação de linguagem adequada para os produtos e projetos institucionais e gestão aprimorada dos espaços virtuais, visando à ampliação da presença do público interno e externo nos espaços institucionais, físicos e virtuais, do MPBA.

As ações propostas no âmbito do Programa “Modernização do Ministério Público do Estado da Bahia” buscam o fortalecimento institucional por meio da humanização dos espaços, práticas e linguagem, de modo a alcançar a excelência nos processos de atendimento e na ampliação e interiorização dos serviços prestados ao público. Dessa forma, o Ministério Público reforçará a sua atuação na defesa da cidadania plena e proteção à sociedade no Estado da Bahia.

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público			
Ementa	Promover o desenvolvimento institucional do Ministério Público do Estado da Bahia mediante uma estratégia de integração envolvendo os modelos de gestão, a política de gestão de pessoas e a infraestrutura física e tecnológica, buscando a modernização do órgão.			
Indicador	Unidade de Medida	Data	Referência	
- Número de ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia realizadas	un	2014	250,00	
- Número de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura, implementado	un	2014	1,00	
- Percentual de municípios do Estado da Bahia com ação desenvolvida para fomento à implantação de ouvidorias	%	2015	0,00	
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com execução orçamentária descentralizada implementada	%	2014	6,00	
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com gestão eletrônica de documentos implementada	%	2014	1,00	
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de acompanhamento de conselhos, representações e unidades colegiadas implementado	%	2015	0,00	
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de humanização implementado	%	2015	0,00	
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto para acessibilidade implementado	%	2014	1,00	
<b>Recursos do Programa</b>	<b>R\$ 121.652.946</b>			
<b>Compromisso</b>	Impulsionar o fortalecimento institucional, por meio da ampliação e qualificação dos serviços prestados, aprimoramento da gestão, atuação em rede e articulação intra e interinstitucional, visando à defesa da sociedade e do regime democrático e à garantia da cidadania plena no Estado da Bahia			
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público			
<b>Meta</b>	Implementar projeto de modernização institucional em regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	
	Ministério Público	100	% 1	
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>			<b>Quantidade</b>
	Estado			1
<b>Iniciativa</b>	Implementar projeto de modernização institucional em regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
<b>Meta</b>	Implementar projetos de articulação institucional para humanização do atendimento, das relações de trabalho, linguagem, espaços e práticas no Ministério Público do Estado da Bahia			
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	
	Ministério Público	100	% 1	
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>			<b>Quantidade</b>
	Estado			1

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público		
<b>Iniciativa</b>	Implementar projetos de articulação institucional para humanização do atendimento, relações de trabalho, linguagem, espaços e práticas no Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>	Implementar projeto de articulação institucional para produção, gestão, compartilhamento e disseminação de dados e informações para o Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar interoperabilidade e integração com sistemas informatizados de cidadania, justiça e defesa social de outras instituições		
	Implementar parcerias institucionais para compartilhamento de dados e informações de inteligência e segurança institucional para o Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>	Implementar projetos de articulação institucional para acompanhamento de unidades colegiadas, conselhos e representações e fomento ao aprimoramento de políticas públicas em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Participar das ações promovidas pelo Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP		
Compromisso	Fortalecer o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, SIPLAGE, e a adesão aos projetos institucionais, visando ao desenvolvimento de ações coordenadas, integradas e regionalizadas para a execução do Plano Estratégico		
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público		
Meta	Implementar projetos estratégicos institucionais em municípios do Estado da Bahia		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	300	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		300
<b>Iniciativa</b>	Implementar projetos estratégicos institucionais em municípios do Estado da Bahia		
Meta	Realizar atendimentos de suporte ao planejamento e monitoramento de programas, projetos, objetivos estratégicos e planos de ação do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
	Ministério Público	2.000	un

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público				
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	2.000			
<b>Iniciativa</b>					
Realizar atendimentos de suporte ao planejamento e monitoramento de programas, projetos, objetivos estratégicos e planos de ação do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Implementar o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, SIPLAGE, em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Fortalecer a gestão de Projetos Estratégicos nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, com foco em ações integradas, regionalizadas e articulação em rede					
Implementar os subsistemas de Planejamento, Orçamento, Monitoramento e Avaliação do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, SIPLAGE, no Ministério Público do Estado da Bahia					
Implementar projeto de formação inicial e continuada para fortalecimento do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, SIPLAGE, do Ministério Público do Estado da Bahia					
Realizar ações de sensibilização para fortalecimento do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, SIPLAGE, do Ministério Público do Estado da Bahia					
Atualizar o Plano Estratégico 2011 - 2023 do Ministério Público do Estado da Bahia					
Implementar Rede de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Realizar ações de apoio ao aprimoramento da atuação ministerial nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	100			
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de apoio ao aprimoramento da atuação finalística nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
Realizar ações de apoio ao aprimoramento da atuação administrativa nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia.					
<b>Meta</b>	Implementar projeto de modernização da área de planejamento e gestão estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Aprimorar caixa de ferramentas da área de planejamento e gestão estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia					
Aprimorar fluxos e procedimentos da área de planejamento e gestão estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia					
Aprimorar parque tecnológico da área de planejamento e gestão estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia					

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Modernização do Ministério Público		
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a interação do público com o Ministério Público do Estado da Bahia por meio da escuta humanizada, articulação interna e devolutiva à sociedade visando ao atendimento das demandas sociais com efetividade e elevação dos padrões de transparência e qualidade dos serviços prestados pela Instituição		
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público		
<b>Meta</b>	Ampliar o acesso aos canais de comunicação da Ouvidoria em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	100	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
	Aprimorar os meios de comunicação da Ouvidoria com o público nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Aprimorar a atuação da Ouvidoria nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização para fortalecimento dos serviços da Ouvidoria em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	100	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
	Implementar ações de sensibilização para fortalecimento dos serviços da Ouvidoria no Ministério Público do Estado da Bahia		
	Articular ações com os Projetos Estratégicos do Ministério Público do Estado da Bahia junto às comunidades		
<b>Meta</b>	Implementar projeto de modernização da ouvidoria do Ministério Público do Estado da Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	100	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
	Disseminar caixa de ferramentas da ouvidoria do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Aprimorar fluxos e procedimentos da ouvidoria do Ministério Público do Estado da Bahia		
<b>Meta</b>	Fomentar em municípios do Estado da Bahia a implementação de ouvidorias próprias		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	417	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Irecê	20	
	Velho Chico	16	
	Chapada Diamantina	24	
	Sisal	20	
	Litoral Sul	26	

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Modernização do Ministério Público</b>		
	<b>Território de Identidade</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Regionalização</b>	Baixo Sul	15
	Extremo Sul	13
	Médio Sudoeste da Bahia	13
	Vale do Jiquiricá	20
	Sertão do São Francisco	10
	Bacia do Rio Grande	14
	Bacia do Paramirim	8
	Sertão Produtivo	20
	Piemonte do Paraguaçu	13
	Bacia do Jacuípe	14
	Piemonte da Diamantina	10
	Semiárido Nordeste II	18
	Litoral Norte e Agreste Baiano	20
	Portal do Sertão	17
	Sudoeste Baiano	24
	Recôncavo	19
	Médio Rio de Contas	16
	Bacia do Rio Corrente	11
	Itaparica	6
	Piemonte Norte do Itapicuru	9
	Metropolitano de Salvador	13
	Costa do Descobrimento	8
<b>Iniciativa</b>		
Fomentar em municípios do Estado da Bahia a implementação de ouvidorias próprias		
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a comunicação social, promovendo a aproximação com os públicos interno e externo, a preservação e o fortalecimento da imagem institucional do Ministério Público do Estado da Bahia	
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público	
<b>Meta</b>	Potencializar em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia a disseminação de informações institucionais	
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>
	Ministério Público	100
		%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>	
	Estado	1
<b>Iniciativa</b>		
Aprimorar Portais de Comunicação Institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
Elaborar Plano de Comunicação Institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
Implementar pesquisa de imagem institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
Implementar pesquisa de clima organizacional do Ministério Público do Estado da Bahia		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público		
Meta	Publicar episódios audiovisuais do Programa MP Explica		
Órgão Responsável	Ministério Público	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			32
<b>Iniciativa</b>			
Meta	Publicar episódios audiovisuais do Programa MP Explica		
Órgão Responsável	Fomentar a ampliação do acesso às redes sociais do Ministério Público do Estado da Bahia	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			1
<b>Iniciativa</b>			
Meta	Aprimorar a gestão das redes sociais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Fomentar a disseminação de informações institucionais nas redes sociais do Ministério Público do Estado da Bahia	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			1
<b>Iniciativa</b>			
Meta	Fomentar a articulação entre a gestão de projetos estratégicos e a gestão de redes sociais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Implementar projeto de comunicação institucional em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			1
<b>Iniciativa</b>			
Meta	Implementar projeto de comunicação institucional em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Ampliar o projeto itinerante de aproximação do Ministério Público do Estado da Bahia com os públicos interno e externo	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			20
<b>Iniciativa</b>			
Meta	Ampliar o projeto itinerante de aproximação do Ministério Público do Estado da Bahia com os públicos interno e externo		
Órgão Responsável	Implementar projeto de modernização para a área de comunicação institucional do Ministério Público do Estado da Bahia	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
Estado			1

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público		
Iniciativa	Aprimorar fluxos e procedimentos da área de comunicação institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
Compromisso	Aprimorar caixa de ferramentas da área de comunicação institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Implementar em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia o modelo de gestão integrada de pessoas por competência	Órgão Responsável	Quantidade
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar sistema de gestão integrada de pessoas por competência		
Meta	Adequar quadro de pessoal às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar projeto de modernização para os órgãos das áreas de gestão de pessoas do Ministério Público do Estado da Bahia	Órgão Responsável	Quantidade
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Aprimorar fluxos e procedimentos dos órgãos das áreas de gestão de pessoas do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Disseminar caixa de ferramentas para as áreas de gestão de pessoas dos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar projeto de formação inicial e continuada para os integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia	Órgão Responsável	Quantidade
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		100
Iniciativa	Implementar projeto de formação inicial e continuada para os integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Implementar projeto de instrutoria interna para integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar projeto de promoção do bem estar, da saúde física e mental e da diminuição dos fatores de risco à saúde para integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia	Órgão Responsável	Quantidade
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público		
Iniciativa	Realizar ações para prevenção de doenças ocupacionais entre os integrantes do Ministério Publico do Estado da Bahia Realizar ações para promoção da saúde mental dos integrantes do Ministério Publico do Estado da Bahia Realizar ações para promoção da saúde física dos integrantes do Ministério Publico do Estado da Bahia Realizar ações de prevenção e diminuição dos fatores de risco às doenças degenerativas, endócrinas e metabólicas e combate ao sedentarismo entre os integrantes do Ministério Publico do Estado da Bahia Implementar ações de promoção do bem estar de integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar projeto de formação inicial e continuada para estagiários do Ministério Público do Estado da Bahia Aprimorar projeto de acompanhamento supervisionado para estagiários do Ministério Público do Estado da Bahia		
Compromisso	Modernizar a gestão administrativa, com fortalecimento dos controles internos, atuação em rede, descentralização administrativa e otimização dos processos visando à efetividade, humanização, sustentabilidade, racionalização, economicidade e transparéncia no suporte às funções constitucionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Realizar atendimento de recepção do público externo para triagem e encaminhamento aos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia		Quantidade
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	600.000	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		600.000
Iniciativa	Realizar atendimento de recepção do público externo para triagem e encaminhamento aos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Aprimorar a rede de integração da gestão administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida	
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar a execução orçamentária descentralizada nas Promotorias Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia Assegurar condições de funcionamento para órgãos e unidades finalísticas do Ministério Público do Estado da Bahia Aprimorar a rede de execução orçamentária do Ministério Público do Estado da Bahia		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público				
Meta	Realizar atendimentos das demandas do programa de aparelhamento de órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com os padrões do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		100		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar atendimentos das demandas do programa de aparelhamento de órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com os padrões do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP					
Meta	Implementar sistema de gerenciamento de custos no Ministério Público do Estado da Bahia em conformidade com a política do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		100		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar sistema de gerenciamento de custos no Ministério Público do Estado da Bahia em conformidade com a política do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP					
Meta	Implementar sistema de acompanhamento e gestão de contratos e convênios				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		100		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar sistema de acompanhamento e gestão de contratos e convênios					
Meta	Aprimorar nos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia o sistema de atendimento ao público e tramitação de documentos				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Aprimorar nos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia o modelo tramitação de documentos					
Aprimorar nos órgãos e unidades o modelo de atendimento de recepção ao público para triagem e encaminhamento aos serviços do Ministério Público do Estado da Bahia					
Meta	Implementar nos órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia sistema integrado de gestão e controle patrimonial				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Modernização do Ministério Público		
Iniciativa	Aprimorar estrutura do arquivo central do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	116	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		116
Iniciativa	Ampliar a frota de veículos para o desenvolvimento das atividades funcionais no Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar política de serviços de apoio administrativo		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar projeto de racionalização do gasto público no Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Aprimorar caixa de ferramentas para modernização da área administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Aprimorar fluxos e procedimentos para modernização da área administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Implementar projeto de formação inicial e continuada para integrantes da área administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia			
Compromisso	Subsidiar as atividades dos órgãos de execução do Ministério Público do Estado da Bahia, visando ao atendimento das necessidades de informações de inteligência e à promoção de cultura de segurança institucional		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	implementar Unidades Destacadas de Inteligência, UDI, em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	6	un
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		6
<b>Iniciativa</b>			
implementar Unidades Destacadas de Inteligência, UDI, em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Implementar projeto de modernização da área de segurança institucional e inteligência		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Aprimorar fluxos e procedimentos da área de segurança institucional e inteligência do Ministério Público do Estado da Bahia			
Implementar plano de comunicação integrada de área de inteligência e segurança institucional do Ministério Público do Estado da Bahia			
Aprimorar o parque tecnológico da área de inteligência e segurança institucional do Ministério Público do Estado da Bahia			
Aprimorar o Portal de Informações da área de Inteligência e Segurança Institucional do Ministério Público do Estado da Bahia			
Reestruturar base de dados de inteligência e segurança institucional do Ministério Público do Estado da Bahia			
Disseminar caixa de ferramentas de procedimentos e modelos para a área de inteligência e segurança institucional			
Meta	Implementar núcleo de geoprocessamento de dados e informações para a área de inteligência e segurança institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	1	un
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público		
Iniciativa	Implementar núcleo de geoprocessamento de dados e informações para a área de inteligência e segurança institucional do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Implementar projeto de formação inicial e continuada em temas de inteligência e segurança institucional no Ministério Público do Estado da Bahia		
Órgão Responsável	Ministério Público		Quantidade
	100		%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar projeto de formação inicial e continuada em temas de inteligência e segurança institucional		
Meta	Aprimorar projeto para proteção aos membros e servidores em situação de ameaça e risco no desempenho de suas atividades institucionais		
Órgão Responsável	Ministério Público		Quantidade
	100		%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Aprimorar projeto para proteção aos membros e servidores em situação de ameaça e risco no desempenho de suas atividades institucionais		
Meta	Implementar em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia o programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura		
Órgão Responsável	Ministério Público		Quantidade
	100		%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia o programa de inteligência e estruturação para segurança institucional, Promotoria Segura		
Compromisso	Aprimorar a gestão dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, por meio da uniformização e direcionamento do uso, promovendo soluções que apoiem o Ministério Público do Estado da Bahia, contribuindo para a melhoria do desempenho institucional, com racionalização, economicidade, sustentabilidade, humanização, transparência e eficiência		
Órgão Responsável	Ministério Público		
Meta	Implementar em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia o modelo de Gestão da Segurança da Informação		
Órgão Responsável	Ministério Público		Quantidade
	100		%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Aprimorar a Política de Segurança da Informação do Ministério Público do Estado da Bahia		

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Modernização do Ministério Público		
	Implantar Central de Monitoramento Integrada em Segurança da Informação no Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar projeto de formação inicial e continuada para a Política de Segurança da Informação no Ministério Público do Estado da Bahia		
	Realizar ações de sensibilização para a Política de Segurança da Informação no Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
	Aprimorar a estrutura de conectividade, segurança e armazenamento de dados e informações das unidades do Ministério Público no interior do Estado da Bahia		
	Aprimorar a infraestrutura tecnológica de atendimento às necessidades institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Aprimorar governança e gestão de serviços, projetos e processos de tecnologia da informação e comunicação do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
	Aprimorar fluxos e procedimentos relacionados aos temas e áreas de tecnologia da informação e comunicação do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar ferramenta para gestão de processos de negócios, BPMS, para a área de tecnologia da informação e comunicação do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Estruturar a área de projetos de tecnologia da informação e comunicação do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar projeto de Governança e Gestão Serviços de tecnologia da informação e comunicação do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar projeto para Certificação de Qualidade de Serviços de tecnologia da informação e comunicação do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Implementar gestão documental integrada nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia.		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
	Implementar gestão eletrônica de documentos nas regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Implementar política integrada de gestão documental no Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Aprimorar gestão e desenvolvimento de software no Ministério Público do Estado da Bahia		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público					
<b>Iniciativa</b>						
Aprimorar sistemas de informações do Ministério Público do Estado da Bahia						
Aprimorar as Normas de Acessibilidade e Usabilidade para acesso e utilização de sites e de sistemas do Ministério Público do Estado da Bahia por pessoas com deficiência física e sensorial						
Aprimorar a contratação de serviço de desenvolvimento de software no Ministério Público do Estado da Bahia						
Implementar normatização de processos e metodologia de gestão e desenvolvimento de software no Ministério Público do Estado da Bahia						
Aprimorar a gestão da qualidade no desenvolvimento de softwares no Ministério Público do Estado da Bahia						
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a atuação do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da melhoria e adequação das unidades, interiorização e expansão da base física e padronização construtiva, visando a acessibilidade, humanização, segurança, regionalização e atuação em rede no Estado da Bahia					
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público					
<b>Meta</b>	Aprimorar e interiorizar a rede de unidades do Ministério Público no Estado da Bahia					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	100	%			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>			
	Estado		1			
<b>Iniciativa</b>						
Aprimorar a rede de unidades do Ministério Público no Estado da Bahia						
Reformar unidades do Ministério Público no Estado da Bahia						
<b>Meta</b>	Aprimorar Projeto de Acessibilidade para a rede de unidades do Ministério Público no Estado da Bahia					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	100	%			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>			
	Estado		1			
<b>Iniciativa</b>						
Implementar projeto de acessibilidade arquitetônica para unidades do Ministério Público no Estado da Bahia						
<b>Meta</b>	Implementar projeto para normatizar tipologias e padrões técnicos de projetos arquitetônicos e materiais de construção para as unidades do Ministério Público do Estado da Bahia					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	100	%			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>			
	Estado		1			
<b>Iniciativa</b>						
Implementar projeto para normatizar tipologias e padrões técnicos de projetos arquitetônicos e materiais de construção para as unidades do Ministério Público do Estado da Bahia						
<b>Compromisso</b>	Promover a elevação dos padrões de qualidade dos serviços prestados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do estímulo ao aperfeiçoamento do desempenho funcional dos membros, promoção do acesso à informação e inibição de infrações disciplinares e transparência					
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público					

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Modernização do Ministério Público		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Estimular participação de membros nos projetos institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Implementar projeto de formação inicial e continuada do órgão correicional para integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Fiscalizar membros vitaliciados em seu desempenho funcional			
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Fiscalizar membros vitaliciados em seu desempenho funcional			
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Digitalizar processos da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia			
Aprimorar o sistema de orientação aos membros do Ministério Público do Estado da Bahia			
Aprimorar fluxos e procedimentos da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia			
Implementar sistema informatizado de correição online do Ministério Público do Estado da Bahia			
Implementar Plano Diretor da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Modernização do Ministério Público				
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Implementar sistema de informações sobre produtividade funcional de membros no Ministério Público do Estado da Bahia					
Realizar ações intra e interinstitucionais de disseminação de dados e informações da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Realizar ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	2.100	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		2.100		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações correcionais em órgãos e unidades do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Acompanhar membros em estágio probatório em seu desempenho funcional				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Acompanhar membros em estágio probatório em seu desempenho funcional					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Eixo</b>	<b>Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania</b>		
<b>Programa</b>	<b>Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania</b>		
<b>Ementa</b>	Defender a construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária cumprindo as atribuições constitucionais do Ministério Público do Estado da Bahia, com vistas a fomentar a transformação da realidade.		
<b>Indicador</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
- Número de atendimentos ao público em comunidades realizados pela área de segurança pública e defesa social do Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	1800,00
- Número de atendimentos na área de defesa do acesso à saúde realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	3630,00
- Número de atendimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	1092,00
- Número de atendimentos para promoção da paternidade responsável realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	4940,00
- Número de atendimentos para regularização de registro civil realizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	4200,00
- Número de atividades periciais para proteção e defesa do meio ambiente realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	450,00
- Número de escolas fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	201,00
- Número de inquéritos policiais analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	20000,00
- Número de municípios com portais de transparência dos poderes executivo e legislativo municipais fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	74,00
- Número de processos relacionados a Crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano	un	2014	1800,00
- Número de processos sobre drogas analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano	un	2014	1100,00
- Número de Unidades de Atenção Básica à Saúde fiscalizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia por ano	un	2014	47,00
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com acesso ao sistema de informações sobre mulheres vítimas de violência atendidas	%	2015	0,00
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de acompanhamento da qualidade da telefonia e internet implementada	%	2015	0,00
- Percentual de Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia com projeto de promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa implementado	%	2015	0,00
<b>Recursos do Programa</b>	<b>R\$ 2.042.274.055</b>		
<b>Compromisso</b>	Contribuir para a melhoria dos serviços educacionais no Estado da Bahia, por meio da fiscalização e do fomento ao controle social		
<b>Órgão Responsável</b>			

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Programa</b>			
<b>Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania</b>			
	Ministério Público		
<b>Meta</b>	Realizar ações de fiscalização da qualidade dos serviços de educação no Estado da Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	960	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		960
<b>Iniciativa</b>			
	Realizar ações de fiscalização da qualidade dos serviços de educação		
	Fiscalizar infraestrutura das unidades de serviços educacionais		
	Fiscalizar aspectos pedagógicos nas unidades educacionais		
	Fiscalizar o acesso das unidades educacionais aos recursos financeiros		
	Fiscalizar discussões de temas transversais e participação comunitária nas unidades educacionais		
<b>Meta</b>	Fiscalizar municípios acerca do cumprimento das metas dos Planos Estadual e Municipais de Educação referentes à oferta de vagas da Educação Infantil		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	70	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		70
<b>Iniciativa</b>			
	Fiscalizar municípios acerca do cumprimento das metas dos Planos Estadual e Municipais de Educação referentes à oferta de vagas da Educação Infantil, na pré-escola, 4 a 5 anos, nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Fiscalizar municípios acerca do cumprimento das metas dos Planos Estadual e Municipais de Educação referentes à oferta de vagas da Educação Infantil-creches, 0 a 3 anos, nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
<b>Meta</b>	Articular parcerias interinstitucionais para acompanhamento da atuação dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, na aplicação de recursos deste fundo nos municípios da Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	12	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		12
<b>Iniciativa</b>			
	Articular parcerias interinstitucionais para acompanhamento da atuação dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, na aplicação de recursos deste fundo nos municípios da Bahia		
<b>Meta</b>	Realizar atendimentos institucionais para defesa da qualidade dos serviços de educação na Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	640	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		640
<b>Iniciativa</b>			
	Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando garantir a oferta e o acesso à educação infantil, aos ensinos		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
fundamental, médio, superior e à educação especial nos municípios baianos			
Realizar atendimentos para defesa da qualidade dos serviços de educação na Bahia			
<b>Meta</b>	Implementar projeto de formação inicial e continuada em temas de Educação em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>
	Ministério Público	100	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Implementar projeto de formação inicial e continuada em temas de Educação em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
<b>Meta</b>	Implementar projeto de modernização para a área de educação do Ministério Público do Estado da Bahia	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>
	Ministério Público	100	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>			
Aprimorar fluxos e procedimentos da área de Educação no Ministério Público do Estado da Bahia			
Disseminar caixa de ferramentas para a área de educação do Ministério Público do Estado da Bahia			
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para promoção da qualidade da educação	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>
	Ministério Público	90	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		90
<b>Iniciativa</b>			
Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para promoção da educação inclusiva			
Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para fomento à criação e ao fortalecimento da atuação dos conselhos municipais de educação			
Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para fomento à fiscalização da regularidade das unidades de ensino			
<b>Compromisso</b>	Fomentar a efetivação dos direitos humanos, em sentido estrito, e fundamentais, com ênfase nas questões de igualdade de gênero e raça, tolerância religiosa, proteção aos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, LGBT, saúde mental, populações em situação de rua, direitos de personalidade, pessoas idosas, pessoas com deficiência física e intelectual, enfrentamento ao racismo e ao tráfico de pessoas e na fiscalização do terceiro setor		
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público		
<b>Meta</b>	Realizar atendimentos nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para reconhecimento de paternidade		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	6.000	un

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			6.000		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar atendimentos nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para reconhecimento de paternidade					
<b>Meta</b>	Realizar atendimentos em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para regularização de registro civil				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	8.000	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			8.000		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar atendimentos em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para regularização de registro civil					
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para o reconhecimento de paternidade				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	164	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			164		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para o reconhecimento de paternidade					
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa no ambiente escolar				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização nas regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa no ambiente escolar					
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para a regularização do registro civil				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização para a regularização do registro civil					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Realizar atendimentos para pessoas em situação de rua		
Meta	Ministério Público	1.000	un
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado	1.000	
<b>Iniciativa</b>			
Realizar atendimentos para pessoas em situação de rua			
Meta	Realizar atendimentos voltados à garantia da efetivação dos direitos humanos nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando garantir a efetivação dos direitos humanos fundamentais e da cidadania			
Realizar atendimentos voltados à garantia da efetivação dos direitos humanos e da cidadania nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Fomentar a atuação de órgãos de defesa dos direitos de pessoas idosas nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado	1	
<b>Iniciativa</b>			
Fomentar a atuação dos conselhos municipais de defesa dos direitos de pessoas idosas			
Fomentar a atuação dos fundos municipais para defesa dos direitos de pessoas idosas			
Realizar ações de sensibilização para fomentar a defesa dos direitos de pessoas idosas nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Fiscalizar unidades de atendimento e ou acolhimento de pessoas em situação de rua		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	16	un
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado	16	
<b>Iniciativa</b>			
Fiscalizar unidades de atendimento e ou acolhimento de pessoas em situação de rua			
Meta	Implementar projeto para promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto de promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa					
Meta	Realizar ações de fiscalização em Centro de Atenção Psicossocial, CAPS				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	24	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	24			
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de fiscalização em Centro de Atenção Psicossocial, CAPS					
Meta	Aprimorar em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia a atuação na defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, LGBT, e das mulheres				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Fomentar a ação integrada institucional para defesa dos direitos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, LGBT, e das mulheres nos municípios da Bahia					
Fomentar a criação de conselhos municipais de defesa dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, LGBT, e das mulheres					
Realizar atendimentos para denúncias de violações dos direitos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, LGBT, registradas no Disque 100, e das mulheres, registradas do Disque 180					
Meta	Realizar ações de articulação com dirigentes escolares e universitários para promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	16	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	16			
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de articulação com dirigentes escolares e universitários para promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa					
Meta	Implementar em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia sistema de informações sobre mulheres vítimas de violência atendidas na Instituição				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Implementar em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia sistema de informações sobre mulheres vítimas de violência atendidas na Instituição					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar programa de formação inicial e continuada em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia sobre os temas de direitos humanos					
Implementar programa de formação inicial e continuada em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia sobre os temas de direitos civis e fundações					
Meta	Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para fomentar a humanização da assistência às pessoas com transtornos mentais	Quantidade	Unidade de Medida		
Órgão Responsável	Ministério Público	100	%		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para fomentar a humanização da assistência às pessoas com transtornos mentais					
Compromisso	Fomentar o aprimoramento e a humanização do sistema de defesa social e segurança pública, através da articulação interinstitucional e incentivo à participação popular para fortalecimento do controle social, atuação preventiva e repressiva à criminalidade, aprimoramento dos serviços de inteligência e fluxos de informações e da articulação em rede				
Órgão Responsável	Ministério Público				
Meta	Realizar atendimentos ao público nas áreas de defesa social, segurança pública e criminal	Quantidade	Unidade de Medida		
Órgão Responsável	Ministério Público	29.600	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			29.600		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar atendimentos ao público em comunidades na área de segurança pública e defesa social					
Realizar atendimentos ao público na área de segurança pública e defesa social					
Realizar atendimentos, na área criminal, para vítimas e pessoas sob custódia					
Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando à garantia da defesa social nos municípios baianos					
Articular atendimento e acompanhamento psicossocial para vítimas de violência e pessoas sob custódia					
Acompanhar o atendimento de demandas relacionadas à defesa social e segurança pública identificadas junto às populações do entorno das Bases Comunitárias de Segurança, BCS					
Meta	Implementar Comitês Interinstitucionais Regionais em Segurança Pública, Cisp	Quantidade	Unidade de Medida		
Órgão Responsável	Ministério Público	684	un		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	684			
<b>Iniciativa</b>					
Implantar Comitês Interinstitucionais Regionais em Segurança Pública					
Promover a realização de reuniões dos Comitês Interinstitucionais de Segurança Pública em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Articular a realização de sessões de juri				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	1.200	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	1.200			
<b>Iniciativa</b>					
Articular a realização de sessões de juri					
<b>Meta</b>	Realizar operações de enfrentamento a crimes nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	68	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	68			
<b>Iniciativa</b>					
Realizar operações de enfrentamento aos crimes contra a ordem econômica e tributária					
Realizar operações de enfrentamento ao crime organizado					
<b>Meta</b>	Analizar inquéritos policiais no Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	64.000	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	64.000			
<b>Iniciativa</b>					
Analizar inquéritos policiais em Salvador e Região Metropolitana de Salvador					
Analizar inquéritos policiais no interior					
<b>Meta</b>	Analizar processos relacionados a drogas ilícitas				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	4.000	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado	4.000			
<b>Iniciativa</b>					
Analizar processos relacionados a drogas ilícitas					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
Meta	Analisar processos relacionados a crimes de violência doméstica contra mulheres em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		6.000
Iniciativa			
	Analisar processos relacionados a crimes de violência doméstica contra mulheres em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Realizar ações de fiscalização em estabelecimentos prisionais e de custódia e tratamento		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1.000
Iniciativa			
	Realizar ações de fiscalização em estabelecimentos prisionais e de custódia e tratamento		
Meta	Aprimorar a atuação sistêmica na área criminal		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa			
	Realizar ações de sensibilização na área de defesa social, segurança pública e criminal		
	Realizar ações institucionais de disseminação de dados e informações técnicas da área criminal		
	Fomentar a atuação do Conselho dos Procuradores e Promotores de Justiça com Atuação na Área Criminal, CONCRIM		
Meta	Implementar projeto de modernização de centrais de inquéritos		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa			
	Implementar projeto de modernização de centrais de inquéritos		
Meta	Realizar parcerias interinstitucionais para a adoção de ações de humanização por órgãos pertencentes ao sistema de defesa social e segurança pública		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		4

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
Iniciativa	<p>Realizar parcerias interinstitucionais para a implementação de ações de humanização por órgãos pertencentes ao sistema de defesa social e segurança pública</p> <p>Implementar acordo de cooperação técnica para promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa na área de segurança pública e defesa social</p> <p>Implementar projeto voltado à adoção de ações de humanização por órgãos pertencentes ao sistema de defesa social e segurança pública, com ênfase nos públicos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transexuais, LGBT, jovens e adolescentes, negros, população de rua, mulheres, pessoa com deficiência e usuários de substâncias psicoativas</p>		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	40	un
Iniciativa	<p>Fomentar a implementação de conselhos comunitários de segurança</p>		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	100	%
Iniciativa	<p>Aprimorar fluxos e procedimentos da área de defesa social, segurança pública e criminal do Ministério Público do Estado da Bahia</p> <p>Aprimorar parque tecnológico da área de defesa social, segurança pública e criminal do Ministério Público do Estado da Bahia</p> <p>Disseminar caixa de ferramentas para a área de defesa social, segurança pública e criminal do Ministério Público do Estado da Bahia</p>		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	100	%
Iniciativa	<p>Implementar projeto de formação inicial e continuada das áreas de defesa social, segurança pública e criminal</p>		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	100	%
Iniciativa	<p>Implementar projeto de formação inicial e continuada das áreas de defesa social e segurança pública</p> <p>Implementar projeto de formação inicial e continuada para temas da área criminal</p>		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	100	%
Iniciativa	<p>Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para as áreas de defesa social, segurança pública e criminal</p>		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	100	%

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania					
<b>Iniciativa</b>						
Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para as áreas de defesa social e segurança pública						
Realizar ações de sensibilização em regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para temas da área criminal						
Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para o enfrentamento e a prevenção de crimes cibernéticos						
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a defesa do direito à saúde pública de qualidade com ações e medidas voltadas para a garantia do acesso e melhoria das ações e serviços públicos de saúde no estado da Bahia					
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público					
<b>Meta</b>	Realizar atendimentos na área de defesa do acesso à saúde					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	10.000	un			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>			
	Estado		10.000			
<b>Iniciativa</b>						
Realizar atendimentos institucionais na área de defesa do acesso à saúde						
Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando garantir a oferta e o acesso à saúde pública nos municípios baianos						
<b>Meta</b>	Fomentar em municípios da Região Metropolitana de Salvador, RMS, a adequação da rede cegonha					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	100	%			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>			
	Metropolitano de Salvador		13			
<b>Iniciativa</b>						
Fomentar em municípios da Região Metropolitana de Salvador, RMS, a adequação da rede cegonha						
<b>Meta</b>	Realizar ações de fiscalização da qualidade dos serviços das Unidades de Atenção Básica à saúde					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	800	un			
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>			
	Estado		800			
<b>Iniciativa</b>						
Fiscalizar estrutura e ambiente de funcionamento das unidades de atenção básica à saúde						
Fiscalizar insumos e materiais nas unidades de atenção básica						
Fiscalizar atuação e adequação de pessoal nas unidades de atenção básica						
Fiscalizar processos e qualidade de atendimento nas unidades de atenção básica						
<b>Meta</b>	Fiscalizar municípios de gestão plena do sistema municipal na aplicação de recursos destinados à saúde					
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>			
	Ministério Público	10	un			

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		10		
<b>Iniciativa</b>					
Acompanhar a construção das Leis Orçamentárias Anuais, LOA, nos níveis estadual e municipal, observando cumprimento e inclusão das políticas públicas e das ações obrigatórias e mínimas de saúde					
Acompanhar a execução das ações de saúde, com ênfase na Atenção Básica					
Fomentar a atuação dos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde e a ampliação do controle social					
<b>Meta</b>	Implementar projeto de formação inicial e continuada para temas de Saúde e afins em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto de formação inicial e continuada para temas de Saúde e afins em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Implementar projeto de modernização da área de saúde nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Aprimorar fluxos e procedimentos da área de saúde do Ministério Público do Estado da Bahia					
Disseminar caixa de ferramentas para a área de saúde do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para a defesa do direito à saúde pública de qualidade				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para a defesa do direito à saúde pública de qualidade					
<b>Compromisso</b>	Promover a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa por meio do aprimoramento dos mecanismos de prevenção e combate à corrupção				
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público				
<b>Meta</b>	Realizar providências investigatórias na área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	20.000	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		20.000		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
Iniciativa	Realizar providências investigatórias na área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	836	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		836
Iniciativa	Fomentar a participação da sociedade na elaboração, conhecimento e fiscalização das contas públicas dos poderes Executivo e Legislativo no Estado da Bahia		
	Fomentar a simplificação dos instrumentos de informação sobre o orçamento e execução de contas públicas nos poderes Executivo e Legislativo no Estado da Bahia		
	Monitorar portais de transparência poderes Executivo e Legislativo no Estado da Bahia		
Meta	Aprimorar parcerias interinstitucionais com órgãos de controle e enfrentamento à improbidade administrativa		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	4	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		4
Iniciativa	Aprimorar parcerias interinstitucionais com órgãos de controle e enfrentamento à improbidade administrativa		
Meta	Implementar projeto de modernização da área de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Aprimorar a atuação conjunta das áreas de defesa da saúde e da educação do Ministério Público do Estado da Bahia com os órgãos de fiscalização e controle da aplicação de recursos destinados à saúde e à educação públicas		
	Aprimorar fluxos e procedimentos da área de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Disseminar caixa de ferramentas para a área de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Implementar projeto de formação inicial e continuada da área de defesa do patrimônio público e moralidade administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa	Implementar projeto de formação inicial e continuada da área de defesa do patrimônio público e moralidade administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia		

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Meta	Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para enfrentamento à corrupção				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia para enfrentamento à corrupção					
Meta	Realizar atendimentos visando a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		4.000		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa					
Realizar atendimentos visando a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa					
Compromisso	Fomentar a proteção integral dos direitos infantojuvenis por meio da articulação institucional para atuação transversal e adequado funcionamento dos órgãos integrantes dos sistemas de proteção das crianças e adolescentes				
Órgão Responsável	Ministério Público				
Meta	Fomentar em municípios a estruturação de conselhos tutelares				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		32		
<b>Iniciativa</b>					
Fomentar em municípios a estruturação de conselhos tutelares					
Meta	Realizar ações de sensibilização com foco nos direitos das crianças e adolescentes				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		16		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização com foco nos direitos das crianças e adolescentes					
Meta	Fomentar o funcionamento dos órgãos integrantes dos sistemas de garantia de direitos das crianças e adolescentes nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
Estado			1		
<b>Iniciativa</b>					
Articular a estruturação dos órgãos do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes					
Fiscalizar o funcionamento dos órgãos do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes					
Fiscalizar o cumprimento das medidas socioeducativas para adolescentes autores de atos infracionais					
Fomentar parcerias institucionais para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes					
<b>Meta</b>	Fomentar a elaboração de planos municipais de atendimento socioeducativo em municípios com promotoria da infância				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	20	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		20		
<b>Iniciativa</b>					
Fomentar a elaboração de planos municipais de atendimento socioeducativo em municípios com promotoria da infância					
<b>Meta</b>	Realizar atendimentos visando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	4.000	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		4.000		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando garantir os direitos das crianças e adolescentes nos municípios baianos					
Realizar atendimentos visando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes					
<b>Meta</b>	Implementar projeto de formação inicial e continuada em temas de direitos das Crianças e Adolescentes nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	100	%		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto de formação inicial e continuada em temas de direitos das Crianças e Adolescentes nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
<b>Compromisso</b>	Aprimorar a atuação do Ministério Público do Estado da Bahia na proteção e defesa do meio ambiente, assegurando a sustentabilidade e a garantia dos direitos fundamentais à vida				
	Órgão Responsável				
	Ministério Público				
<b>Meta</b>	Realizar atendimentos ao público para orientação sobre a proteção e defesa do meio ambiente nas regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Ministério Público	4.000	un		

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		4.000		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar atendimentos ao público para orientação sobre a proteção e defesa do meio ambiente nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando fomentar a proteção e defesa do meio ambiente					
<b>Meta</b>	Realizar ações de sensibilização para a proteção e defesa do meio ambiente				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	40	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		40		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de sensibilização para a proteção e defesa do meio ambiente					
<b>Meta</b>	Fomentar a implementação de projetos por organizações de proteção e defesa do meio ambiente				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	48	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		48		
<b>Iniciativa</b>					
Fomentar a implementação de projetos por organizações de proteção e defesa do meio ambiente					
Fomentar a atuação de organizações de proteção e defesa do meio ambiente					
<b>Meta</b>	Articular parcerias interinstitucionais no Ministério Público do Estado da Bahia para a proteção e defesa do meio ambiente				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	100	%		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		40		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projeto para fomentar a estruturação de Sistemas Municipais do Meio Ambiente, SISMUMA, e seus instrumentos de política ambiental, nos municípios do Estado da Bahia					
Implementar projeto para fomentar a estruturação de Sistemas Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos nos municípios do Estado da Bahia					
Implementar projeto para fomentar a regularização ambiental em propriedades rurais nos municípios do Estado da Bahia					
Articular parcerias interinstitucionais no Ministério Público do Estado da Bahia para a proteção e defesa do meio ambiente					
<b>Meta</b>	Realizar atividades periciais para proteção e defesa do meio ambiente				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	2.100	un		
<b>Regionalização</b>	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		2.100		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania					
Iniciativa	Realizar atividades periciais para proteção e defesa do meio ambiente					
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Ministério Público	100	%			
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade			
	Estado		1			
Iniciativa	Implementar projetos de proteção e defesa da Bacia do São Francisco em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Ministério Público	100	%			
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade			
	Estado		1			
Iniciativa	Implementar projetos de proteção e defesa da Mata Atlântica					
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Ministério Público	100	%			
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade			
	Estado		1			
Iniciativa	Implementar projeto de formação inicial e continuada para a proteção e defesa do meio ambiente em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Ministério Público	100	%			
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade			
	Estado		1			
Iniciativa	Implementar projeto de formação inicial e continuada para a proteção e defesa do meio ambiente em Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia					
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Ministério Público	100	%			
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade			
	Estado		1			
Iniciativa	Ampliar parque tecnológico da área de proteção e defesa do meio ambiente					
Disseminar caixa de ferramentas da área de proteção e defesa do meio ambiente						
Aprimorar fluxos e procedimentos da área de proteção e defesa do meio ambiente						
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida			
	Ministério Público	100	%			

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade			
	Estado	1			
<b>Iniciativa</b>					
Implementar projetos de educação ambiental nos municípios do Estado da Bahia					
Implementar projeto para fomentar a melhoria das condições de mobilidade e dos sistemas públicos de transporte dos municípios do Estado da Bahia					
Implementar projeto para fomentar a redução do uso de agrotóxicos nos municípios do Estado da Bahia					
Implementar projetos de proteção e defesa articulada do patrimônio cultural material e imaterial					
Implementar projetos de proteção e defesa articulada da Bahia de Todos os Santos, BTS					
Implementar projetos de proteção e defesa articulada da Bacia do Paraguassu					
<b>Compromisso</b>	Promover a proteção dos direitos dos consumidores e a defesa dos direitos e garantias dos usuários de serviços regulados pelo Estado, bem como o controle do abate, distribuição e comércio de subprodutos de origem animal				
<b>Órgão Responsável</b>	Ministério Público				
<b>Meta</b>	Adotar medidas visando ao fechamento dos matadouros municipais em desacordo com a legislação vigente				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	50	%		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		50		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar ações de conscientização sobre os riscos do consumo de subprodutos de origem animal oriundos de abate clandestino					
Adotar medidas visando ao fechamento de matadouros municipais em desacordo com a legislação vigente					
<b>Meta</b>	Articular operações fiscalizatórias da qualidade e segurança de combustíveis				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	120	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		120		
<b>Iniciativa</b>					
Articular operações fiscalizatórias da qualidade e segurança de combustíveis					
<b>Meta</b>	Fomentar as operadoras de saúde complementar mais reclamadas na Bahia para cumprimento da cobertura contratual				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Ministério Público	12	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		12		
<b>Iniciativa</b>					
Fomentar as operadoras de saúde complementar mais reclamadas na Bahia para cumprimento da cobertura contratual					
Adotar medidas para cumprimento da cobertura contratual das operadoras de saúde complementar mais reclamadas no Estado da Bahia					

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania				
Meta	Realizar operações de combate ao abate, distribuição e comercialização de subprodutos de origem animal em municípios identificados com abate irregular e que tenham procedimentos instaurados para interdição dos matadouros				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Implementar parcerias interinstitucionais para enfrentamento ao abate, distribuição e comércio de subprodutos de origem animal oriundos de produção ilegal					
Realizar ações de sensibilização sobre os riscos do consumo de subprodutos de origem animal oriundos de produção ilegal					
Meta	Articular operações fiscalizatórias e preventivas em estabelecimentos de armazenamento e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo, GLP				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		20		
<b>Iniciativa</b>					
Articular operações fiscalizatórias e preventivas em estabelecimentos de armazenamento e comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo, GLP					
Meta	Promover medidas judiciais e extrajudiciais visando à adequação do serviço de fornecimento de água pela concessionária nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Articular parcerias interinstitucionais para acompanhamento de sistemas públicos de controle e informações da qualidade da água					
Fomentar a atuação ministerial para fiscalização da qualidade da água					
Fomentar a atuação ministerial visando garantir o fornecimento de água em quantidade e qualidade adequadas pelas prestadoras do serviço no Estado da Bahia					
Meta	Promover medidas judiciais e extrajudiciais visando à adequação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela concessionária nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Articular parcerias interinstitucionais para acompanhamento de sistemas públicos de controle e de informação da qualidade do fornecimento de energia elétrica					
Fomentar a atuação ministerial para fiscalização da qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica					

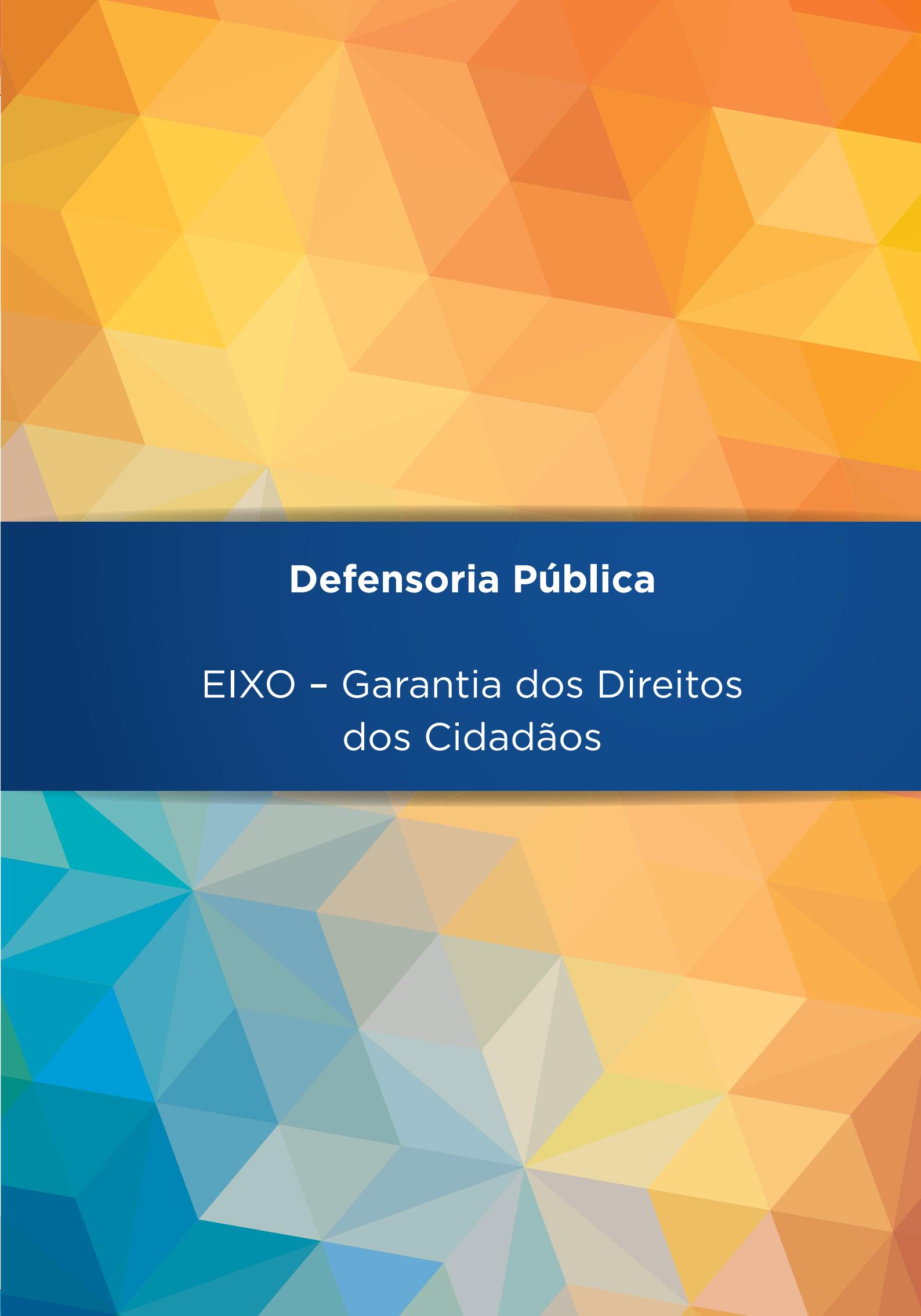
## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
Fomentar a atuação ministerial visando garantir o fornecimento regular do serviço de energia elétrica de qualidade pelas prestadoras do serviço			
Promover medidas judiciais e extrajudiciais visando à adequação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela concessionária			
Meta	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa			
Articular parcerias para acompanhamento de sistemas de controle e de informação da qualidade dos serviços prestados pelas empresas de telefonia e internet			
Fomentar a atuação ministerial para fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelas empresas de telefonia e internet			
Fomentar a atuação ministerial visando garantir o fornecimento regular dos serviços prestados pelas empresas de telefonia e internet com qualidade no Estado da Bahia			
Meta	Fomentar o aprimoramento das ações das entidades que compõem a rede de proteção e defesa das garantias e direitos dos consumidores		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa			
Fomentar a criação de Fundações de Proteção e Defesa do Consumidor, PROCONS, nos municípios do Estado da Bahia			
Aprimorar o diálogo com os órgãos da rede de proteção e defesa das garantias e direitos dos consumidores			
Meta	Realizar ações de sensibilização para proteção e defesa das garantias e direitos dos consumidores nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa			
Realizar ações de sensibilização para proteção e defesa das garantias e direitos dos consumidores nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia			
Meta	Implementar projeto de formação inicial e continuada para área de proteção e defesa das garantias e dos direitos dos consumidores nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia		
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Ministério Público	100	%
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1
Iniciativa			
Implementar projeto de formação inicial e continuada para a área de proteção e defesa das garantias e direitos dos consumidores			

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania		
Meta	Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais na área de defesa e promoção dos direitos dos consumidores		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	400	un
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		400
<b>Iniciativa</b>	Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais na área de defesa e promoção dos direitos dos consumidores		
Meta	Implementar projeto de modernização para a área de defesa e promoção dos direitos dos consumidores do Ministério Público do Estado da Bahia		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	100	%
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		1
<b>Iniciativa</b>	Disseminar caixa de ferramentas para a área de defesa e promoção dos direitos dos consumidores do Ministério Público do Estado da Bahia		
	Aprimorar fluxos e procedimentos da área de defesa e promoção dos direitos dos consumidores do Ministério Público do Estado da Bahia		
Meta	Realizar atendimentos visando à garantia dos direitos do consumidor		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Ministério Público	4.000	un
Regionalização	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		4.000
<b>Iniciativa</b>	Implementar medidas extrajudiciais ou judiciais visando garantir os direitos do consumidor nos municípios baianos		
	Realizar atendimentos visando à proteção dos direitos dos consumidores e à defesa dos direitos e garantias dos usuários de serviços regulados pelo Estado		



# Defensoria Pública

## EIXO - Garantia dos Direitos dos Cidadãos

## DEFENSORIA PÚBLICA – DPE

### EIXO – GARANTIA DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS

**A**Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, tem sua atuação focada na redução das desigualdades, conflitos sociais e de violação dos direitos das pessoas em situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, individual e coletiva, através da assistência extrajudicial e judicial, integral, gratuita e multidisciplinar, da prevenção e mediação de conflitos, valorizando a dignidade humana e promovendo o acesso à justiça.

No propósito do fortalecimento da atuação que concretiza sua finalidade, este 3º Plano Plurianual – PPA 2016-2019 representa instrumento legítimo da implantação das diretrizes e estratégias da Defensoria Pública para os próximos quatro anos.

Conforme instituído pela Constituição Brasileira, o PPA é obrigação legal para as esferas de governo. Como conceito básico, destaca a ação planejada e a necessária compatibilização do orçamento com o instrumento de planejamento. Portanto, não pode ser entendido apenas como um conjunto de metas a serem alcançadas ao fim de um período, mas sim como um conjunto de estratégias compartilhadas com parceiros e com a sociedade e, principalmente, assumido pela coletividade (membros, gestores, servidores e estagiários) responsável pelos fazeres e resultados. Por tratar-se de plano de médio prazo, trabalha com incertezas e oportunidades que devem ser objeto de monitoramento e avaliação, com foco no alcance de propósitos essenciais para manter o ritmo de crescimento da instituição e melhorar a prestação da qualidade de seus serviços à população.

O Programa Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos, apresentado neste PPA – Plano Plurianual, 2016 – 2019, traduz a ação precípua da Defensoria Pú-

blica, e como tal reflete valores e princípios estratégicos assumindo a educação para os direitos humanos como norteador filosófico da sua atuação. Reforce-se que as prioridades apontadas absorvem as proposições definidas no Plano de Gestão 2015/2017, e revela o que a instituição almeja concretizar ao longo dos quatro anos.

Para tanto, é indispensável aliar o esforço de ampliar o acesso aos cidadãos necessitados de assistência e orientação jurídica, integral e gratuita, para fortalecimento das políticas de direitos humanos, coletivos e difusos e a defesa judicial, extrajudicial e administrativa, em todos os graus e instâncias, com a expansão da cobertura dos territórios de identidade, apostando na conquista de condições para cumprimento ao que estabelece o Art. 98 da EC nº 80/2014, que prevê: *“Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. § 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.*

Entre as metas previstas, destaque-se como desafios a serem conquistados neste PPA a criação de Defensorias Especializadas e Regionais, a ampliação do quadro de Defensor e a implantação do quadro de pessoal técnico e administrativo. Ressalte-se que o quantitativo de defensor público para atendimento no Estado previsto em 583, conforme LC nº 26 de 28/06/2006, alcançou 279 em junho de 2015, distante da necessidade requerida para atendimento aos 27 Territórios de Identidade da Bahia. O apoio técnico e administrativo é realizado na capital e interior por servidores contratados pelo Regime de Direito Administrativo – REDA e 59 cargos comissionados.

A prestação dos serviços mobiliza toda a estrutura da instituição e ocorre através das Defensorias Públicas Especializadas de Família, da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cível e de Fazenda Pública, Criminal e de Execução Penal, Proteção aos Direitos Humanos e Itinerantes, Curadoria Especial, Idoso, Defensorias Públicas da Região Metropolitana de Salvador e das Defensorias Públicas Regionais de Feira de Santana, Itabuna, Sudoeste Baiano, Ilhéus, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus, bem como da atuação da Escola Superior, responsável pela capacitação de membros e servidores e pela seleção e capacitação de estagiários.

A Corregedoria Geral da Defensoria – CGD, instância que acompanha, fiscaliza e orienta a regularidade dos serviços da instituição, estabelece meta e iniciativas para fortalecer atividades inerentes à sua função, para alcance da qualidade da atuação defensorial no Estado e essencial a eficiência, eficácia e efetividade institucional.

A Ouvidoria Geral, pela sua atuação junto à sociedade civil, exerce importante papel no fortalecimento institucional, como pode ser observado na meta e iniciativas inseridas neste Plano Plurianual.

Para êxito do programa, imprescindível é o investimento na capacitação de membros e servidores assumido pela Escola Superior da Defensorias – ESDEP, que contempla, dentre as suas prioridades, o atendimento a outros públicos, de modo especial os considerados vulneráveis e os historicamente excluídos pela crença no princípio da prática da educação dos direitos humanos como requisito à inclusão social. Importante também conquistar a condição para investimento na tecnologia e logística necessária à humanização e ampliação do atendimento dos serviços inerentes ao mister institucional.

Por sua vez, a concretude dos compromissos e metas dependem de condições orçamentárias compatíveis com as necessidades de infraestrutura física, de pessoal, logística e tecnológica para ampliar a qualidade e quantidade de atendimento, abraçar a pretendida dimensão de cobertura geográfica no Estado, atingindo a populações tradicionais e vulnerável, apoiar programas prioritários do governo, e gradativamente alcançar o objetivo social a que se propõe.

Para tanto, a gestão persiste na busca da convergência de direcionamentos e ações, a partir de articulações junto ao governo do Estado e Assembleia Legislativa, além de parcerias com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública da União, a União dos Prefeitos da Bahia – UPB e outros órgãos e entidades, com foco na conquista de avanços indispensáveis à autonomia institucional e compatível aos objetivos direcionados a igualdade, solidariedade e paz.

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Eixo</b>	<b>Garantia dos Direitos dos Cidadãos</b>
<b>Programa</b>	<b>Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos</b>
<b>Ementa</b>	Atuar no constante desafio de ampliar o acesso aos cidadãos necessitados de assistência e orientação jurídica, integral e gratuita, para fortalecimento das políticas de direitos humanos, coletivos e difusos e a defesa judicial, extrajudicial e administrativa, em todos os graus e instâncias, com a expansão da cobertura dos territórios de identidade. Como objetivo este programa traduz a ação precípua da Instituição e como tal reflete valores e princípios estratégicos assumindo a educação para os direitos humanos como norteador filosófico da sua atuação.

<b>Indicador</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência</b>	
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
- Índice de atendimento anual da Defensoria Pública	%	2014	100,00
- Índice de mediações realizadas pela Defensoria Pública Família	%	2014	100,00
- Proporção de servidores da Defensoria Pública com pelo menos uma capacitação	%	2014	71,00
- Proporção de territórios de identidade com atendimento da Defensoria Pública	%	2014	63,00

<b>Recursos do Programa</b>	<b>R\$ 724.197.000</b>
-----------------------------	------------------------

<b>Compromisso</b>	Ampliar a prestação de assistência jurídica, integral e gratuita a fim de garantir a dignidade das pessoas		
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública		
<b>Meta</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Defensoria Pública	15	%
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Estado		3.435.911

<b>Iniciativa</b>	Prestar atendimentos judiciais e extrajudiciais à população		
	Implantar Defensorias Públicas Especializadas		
	Intensificar as ações voltadas à educação em direitos humanos		
	Realizar ações de estímulo à paternidade responsável		
	Realizar ações de estímulo à adoção de menores		
	Intensificar o atendimento judicial e extrajudicial itinerante na capital		
<b>Meta</b>	Interiorizar a Defensoria Pública		
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>
	Defensoria Pública	330	un
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>
	Irecê		1
	Velho Chico		1
	Sisal		16
	Litoral Sul		33
	Baixo Sul		24
	Extremo Sul		5

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos	
Regionalização	Território de Identidade	Quantidade
	Médio Sudoeste da Bahia	4
	Sertão do São Francisco	8
	Bacia do Rio Grande	1
	Sertão Produtivo	4
	Piemonte da Diamantina	4
	Litoral Norte e Agreste Baiano	16
	Portal do Sertão	8
	Sudoeste Baiano	8
	Recôncavo	144
	Médio Rio de Contas	8
	Itaparica	4
	Piemonte Norte do Itapicuru	4
	Metropolitano de Salvador	33
	Costa do Descobrimento	4

**Iniciativa**

Implantar Defensorias Públicas Regionais

Intensificar o atendimento judicial e extrajudicial itinerante no interior

Compromisso	Fomentar a gestão do conhecimento e da inovação essenciais ao fortalecimento da Escola Superior da Defensoria Pública - ESDEP		
Órgão Responsável	Defensoria Pública		
Meta	Capacitar defensores, servidores e estagiários		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Defensoria Pública	1.850	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1.850

**Iniciativa**

Capacitar defensores, servidores e estagiários

Meta	Implementar projeto voltado para a inclusão social		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Defensoria Pública	1	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado		1

**Iniciativa**

Realizar eventos voltados para grupos vulneráveis

Realizar eventos de capacitação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Meta	Implementar o Núcleo de Apoio à Pesquisa e Publicações		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Defensoria Pública	1	un

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar estudos, pesquisas e publicações					
Viabilizar parcerias com escolas, universidades, faculdades e outras entidades					
Compromisso	Fomentar ações voltadas à redução das desigualdades sociais de forma transversal e integrada com os órgãos do Poder Executivo do Estado				
Órgão Responsável	Defensoria Pública				
Meta	Realizar projeto de audiência itinerante, no contexto do Pacto pela Vida				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Defensoria Pública	1	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar projeto de audiência itinerante, no contexto do Pacto pela Vida					
Meta	Atuar extrajudicialmente em comunidades com Bases Comunitárias de Segurança - BCS				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Defensoria Pública	15	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Litoral Sul		1		
	Portal do Sertão		1		
	Sudoeste Baiano		1		
	Metropolitano de Salvador		11		
	Costa do Descobrimento		1		
<b>Iniciativa</b>					
Atuar extrajudicialmente em comunidades com Bases Comunitárias de Segurança - BCS					
Meta	Realizar ações conjuntas com os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS / Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centros POP				
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Defensoria Pública	384	un		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Sisal		24		
	Litoral Sul		24		
	Baixo Sul		24		
	Extremo Sul		24		
	Sertão do São Francisco		24		
	Sertão Produtivo		24		
	Piemonte da Diamantina		24		
	Litoral Norte e Agreste Baiano		24		
	Portal do Sertão		24		

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

<b>Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos</b>					
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Sudoeste Baiano		24		
	Recôncavo		24		
	Médio Rio de Contas		24		
	Itaparica		24		
	Piemonte Norte do Itapicuru		24		
	Metropolitano de Salvador		24		
<b>Iniciativa</b>					
Encaminhar assistidos para atendimento					
Realizar mutirões de atendimento comunitário					
<b>Meta</b>	Realizar atendimento cidadão integrado no sistema prisional				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Defensoria Pública	60	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Sisal		4		
	Litoral Sul		8		
	Baixo Sul		4		
	Extremo Sul		4		
	Sertão do São Francisco		4		
	Litoral Norte e Agreste Baiano		8		
	Portal do Sertão		4		
	Sudoeste Baiano		4		
	Médio Rio de Contas		4		
	Itaparica		4		
	Metropolitano de Salvador		8		
	Costa do Descobrimento		4		
<b>Iniciativa</b>					
Proporcionar a realização de casamentos coletivos					
Estabelecer parcerias com diversos órgãos para a expedição dos documentos básicos dos internos					
Estabelecer parcerias com diversos órgãos na facilitação da reinserção de internos e reinserção de egressos no mercado de trabalho					
Interagir com as secretarias estaduais, unidades prisionais e outros órgãos em ações de estímulo ao acesso dos internos a atividades de educação, cultura e artes visando a redução das penas					
<b>Meta</b>	Prestar atendimento de proteção social para crianças e adolescentes				
	<b>Órgão Responsável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de Medida</b>		
	Defensoria Pública	500	un		
<b>Regionalização</b>	<b>Território de Identidade</b>		<b>Quantidade</b>		
	Estado		500		
<b>Iniciativa</b>					
Prestar atendimento de proteção social para crianças e adolescentes					
<b>Compromisso</b>	Modernizar a gestão da Defensoria Pública				
<b>Órgão Responsável</b>	Defensoria Pública				

**Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019**

Programa	Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos				
Meta	Realizar concurso para defensores, servidores e estagiários				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		11		
<b>Iniciativa</b>					
Realizar concurso para defensores, servidores e estagiários					
Nomear defensores e servidores aprovados					
Meta	Ampliar o parque tecnológico da Defensoria				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
<b>Iniciativa</b>					
Ampliar o parque tecnológico da Defensoria					
Meta	Adquirir imóveis para instalação de unidades da Defensoria				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		4		
<b>Iniciativa</b>					
Adquirir imóveis para instalação de unidades da Defensoria					
Meta	Construir unidades defensoriais				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Sisal		1		
	Baixo Sul		1		
	Piemonte da Diamantina		1		
	Metropolitano de Salvador		3		
<b>Iniciativa</b>					
Construir unidades defensoriais					
Meta	Reformar unidades defensoriais				
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade		
	Sisal		1		
	Litoral Sul		1		

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos		
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Baixo Sul		1
	Médio Sudoeste da Bahia		1
	Sertão Produtivo		1
	Litoral Norte e Agreste Baiano		1
	Recôncavo		1
	Médio Rio de Contas		1
	Itaparica		1
	Piemonte Norte do Itapicuru		1
	Metropolitano de Salvador		2
	Costa do Descobrimento		1

## Iniciativa

Reformar unidades defensoriais

Meta	Aparelhar unidades da Defensoria		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Defensoria Pública	31	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	31	

## Iniciativa

Renovar a frota de veículos da Defensoria

Aparelhar unidades da Defensoria

Meta	Ampliar as ações da Corregedoria		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Defensoria Pública	1.000	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	1.000	

## Iniciativa

Instalar processos disciplinares

Acompanhar os processos disciplinares e os estágios probatórios

Realizar ações de inspeções, correições e fiscalizações

Meta	Realizar ações de comunicação e publicidade institucional		
	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida
	Defensoria Pública	21	un
Regionalização	Território de Identidade		Quantidade
	Estado	21	

## Iniciativa

Realizar ações de comunicação e publicidade institucional

## Plano Plurianual PPA --- 2016 - 2019



Programa	Promoção dos Direitos Humanos e a Defesa Judicial e Extrajudicial dos Cidadãos				
Meta	Fortalecer institucionalmente a Ouvidoria Geral da Defensoria				
Regionalização	Órgão Responsável	Quantidade	Unidade de Medida		
	Defensoria Pública	100	%		
Iniciativa	Território de Identidade		Quantidade		
	Estado		1		
Promover diálogos com a sociedade civil e instituições de defesa de direitos					
Assegurar o funcionamento da Ouvidoria					
Ampliar os canais de acesso da população à Ouvidoria Cidadã					